m o r a r n a r u a

ensaios projetuais e aporética do abrigar

Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

Dayane de Melo Almeida
graduanda

Carolina Silva Oukawa
orientadora

João Pessoa, dezembro de 2022

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447m, Almeida, Dayane de Melo.
Morar na rua: Ensaios projetuais e aporética do abrigar / Dayane de Melo Almeida. – João Pessoa, 2023.
78 f. : il.

Orientação: Carolina Silva Oukawa.
TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. Desabrigamento. 2. Morar na rua. 3. Ensaios projetuais. 4. Arte e cidade. 5. João Pessoa. I. Oukawa, Carolina Silva. II. Título.

UFPB/BC CDU 72 (043.2)

"Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos. Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser. Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e a fazer no tocante a isso."

David Harvey
Espaços de Esperança

Resumo

Entre o privado e o público, morar na rua revela uma relação de proximidade e ambiguidade entre arquitetura e a cidade. Sob a ótica da falta, explora-se o fenômeno do *desabrigamento* e a relação arquitetônica; não só porque tem função de abrigar, proteger e resguardar, mas, também, função comunicativa. Com isso, a partir dos ensaios projetuais sobre a prática artística usada como instrumento metodológico para tensionar a realidade de maneira imaginativa através de aproximações e questões, neste trabalho, constrói-se uma discussão de caráter comunicativo entre a realidade e o absurdo, na busca de alternativas para o morar na rua. A cidade de João Pessoa é o ambiente de aproximação e reflexões das questões, assim como a condição espacial para os ensaios. Os resultados são um convite para pensar a arquitetura do morar na rua por tudo que é, não é, e poderia vir a ser.

Palavras-chaves: Desabrigamento. Morar na rua. Ensaios Projetuais. Arte e cidade. João Pessoa.

Sumário

Prólogo 7

Fenômeno do desabrigamento 13

Realidade e Absurdo 23

Notas sobre alguns ensaios 33

Outros ensaios e a cidade de João Pessoa 42

I. Destoante 45

II. Mobiliário ao público 48

III. Unidade autônoma 56

IV. Ato público de intimidade 62

Inconclusões 68

Agradecimentos 71

Lista de Figuras 72

Referências Bibliográficas 77

Prólogo

Ver-a-cidade

Ao olharmos para cidade, simplesmente, o que se vê? A realidade objetiva e subjetiva perpassa o olhar de cada indivíduo que, ao tentar compreender e se aproximar da própria cidade, atribui-lhe significado e sensibilidade. Assim, como parte da construção do imaginário e da experiência na cidade, temos os encontros, a exclusão, os carros, a especulação imobiliária, o absurdo, a utopia e o futuro, dentre outros fragmentos.

Lançar o olhar sobre a cidade sempre me foi objeto de entusiasmo e inquietação. Não sei, ao certo, quanto disso é meu e quanto é do *ser* arquiteta e urbanista. Afinal, o nosso objeto de estudo é a todo momento. Estamos inseridos no contexto da cidade e envolvidos por arquiteturas. Por isso, seja no âmbito íntimo ou profissional, a cada experiência de vivência na cidade, algo é revelado e memórias são criadas. Assim, o que a cidade me comunica e como me afeta, principalmente, na sua dualidade, ou melhor, na disparidade social, por vezes, fragmenta-a em múltiplas. Nesse contexto, a questão da moradia emerge como motriz de reflexão sobre a proximidade da função da arquitetura com o morar e sobre a configuração singular que esse morar ocupa na cidade, a partir da falta; ou seja, onde o habitar ocorre, sobretudo, na esfera dos espaços públicos, devido à ausência da moradia formal: o morar na rua.

Figura 01: Registro fotográfico do dia 01/11/22 na Praça da Independência e Rua Treze de Maio, no Centro de João Pessoa. No trabalho se evitou utilizar imagens que de alguma forma reforçasse estereótipos dos corpos. A pesquisa se detém as espacialidades em torno desse modo de morar. A exceção da Figura 01 aparece como elemento de conexão com a intenção narrativa do ver-a-cidade.

Em função da segregação socioespacial, a cidade patenteia esse fenômeno historicamente ocasionado, por uma violação do direito de moradia. E estabelece uma relação de ruptura entre o espaço público *versus* o privado ressaltando uma problemática socioeconômica urbana. A própria expressão "morar na rua" faz alusão direta às atribuições na área arquitetônica-urbanística. E, além do potencial papel de transformação social da profissão, a proximidade com a temática acontece, sobretudo, para entender como a arquitetura se relaciona à realidade entre *corpos-espaço-abrigo*.

Na busca dessa aproximação e vislumbre como temática para trabalho de conclusão de curso, no ano de 2020, participei como aluna voluntária do projeto de extensão "AfeTO na rua: vivência da amorosidade, felicidade, espiritualidade e da terapia ocupacional junto à população em situação de rua" articulado pela UFPB através do PROEX. Deste modo, partindo da experiência multidisciplinar, houve um deslocamento da posição de observadora do espaço para agente atuante em comunicação com histórias de vida que ocupam e ocuparam o espaço público como moradia.

A extensão universitária forneceu um panorama geral da rede de apoio assistencial e de saúde na cidade de João Pessoa. Também demonstrou o funcionamento das casas de acolhimento e das principais localidades de ocupações espaciais na cidade. Assim, o contato com a variedade de pessoas que moram na rua reafirma a heterogeneidade do grupo e as diferentes fases de relação com o espaço público.

Minha visão inicial, ao participar do projeto, era: "o quanto posso contribuir como estudante de arquitetura"? Percebi que, dentro da experiência da vivência da extensão universitária, ficamos muito mais envoltos à esfera da apreensão; e que algumas questões da problemática fogem do campo de atuação da arquitetura e urbanismo. Ao me colocar nesse espaço de "sujeito do não saber", há também o distanciamento do "sujeito que resolve", ou seja, que aponta um impasse em um cenário cultural de "arquitetura resolutivas".

Neste sentido, o trabalho assume o campo de aproximação entre o morar na rua e a arquitetura na reflexão teórico-projetual. Além disso, utiliza os ensaios projetuais como instrumento para pensar e se comunicar com a cidade que é vista. Ao lançar diversos olhares sobre a cidade, busco captar o que a ela me comunica e eu a ela. Os ensaios projetuais, aqui desenvolvidos, são feitos pelo caminho investigativo e tem como função tensionar a realidade. A partir disso, o trabalho adentra o campo da arte.

Ressalvo, ainda, que, não me parecia cabal retirar essas pessoas do espaço público e acomodá-las dentro de um programa de necessidade arquitetônico, apesar de evidentes os problemas estruturais, econômicos e sociais, bem como a condição de vulnerabilidade diante dessa temática. Não tiro, aqui, o mérito de quem o faz. Bons projetos arquitetônicos para atender essa especificidade, ainda são necessários. Mas, sigo pela vertente de refletir e assumir o impasse resolutivo.

Penso que os ensaios desse trabalho caminham com a mesma intenção do projeto "*Homeless Vehicle*" do artista polonês Wodiczko (1988), que em entrevista à Folha de São Paulo (1998), revela o teor comunicativo do veículo e que o projeto não é uma solução para o problema.

Figura 02: Homeless Vehicle, 1988

Nos anos 60 e 70, a arquitetura como elemento de comunicação já foi amplamente abordada por movimentos de vanguarda, como o grupo Archigram e Superstudio. Isso demonstra um caminho percursor como forma de questionar, denunciar e expandir críticas políticas, sociais e culturais, estabelecendo visualizações de insatisfação com a realidade da época e vislumbre para outras realidades possíveis.

Em um primeiro momento, ao vislumbrar projetar para a população em situação de rua, automaticamente, pensei em um albergue. No entanto, a própria rejeição desses espaços pela população de rua, indicava a necessidade de reinventar tais soluções pré-concebidas do imaginário projetual. Assim, o caminho experimental adotado foi expandir a visualização para projetos possíveis e impossíveis em tom de denúncia e/ou comunicação. Espero que isso contribua para a reflexão e prática projetual, ao vincular a ideia de que *pensar o projeto também é projetar*.

Com isso, aproveito o espaço de liberdade que o trabalho de conclusão de curso proporciona ao exercício de elaborar questões projetuais sobre o morar na rua. E reúno, então, nesse caderno, para além do produto final apresentado, as questões que foram tão fundamentais à elaboração do pensamento crítico. A estrutura do trabalho e o tom narrativo assumem uma postura discursiva e reflexiva em torno do morar e abrigar. Para tanto, o trabalho está dividido em três grandes partes que podem ser classificadas como: aproximação com a temática, primeiros ensaios projetuais e ensaios sob a perspectiva da cidade de João Pessoa.

Na primeira parte, os tópicos "fenômeno do desabrigamento" e "realidade e absurdo" partem de uma aporia em torno de termos que fundamentam a pergunta essencial do trabalho: como abrigar o ser humano? Buscam, ainda, conceituar e caracterizar o abrigar e as questões sociais que perpassam o desabrigamento na cidade; assim como questionar as configurações de ocupação e modo de ser na realidade, associando-os à atuação da figura do arquiteto e urbanista diante do "morar na rua". Apontam, também, o direcionamento dos ensaios projetuais pela

perspectiva do viés comunicativo. Neste sentindo, explora a pratica artística como referência de elaborar e tensionar questões de enfrentamento e diálogo com a realidade.

Na segunda parte, "Notas sobre alguns ensaios", é desenvolvido um diálogo entre ensaios e questões da aporofobia, arquitetura hostil e habitação mínima. Este momento representa o cerne do desenvolvimento do trabalho. Por isso, ilustra questões, termos e impasses que foram construídos através da própria elaboração dos ensaios projetuais usados na construção teórica e de base, a fim de encontrar o tom do trabalho.

Na terceira parte, o objeto de investigação é direcionado à cidade de João Pessoa, por meio da ótica de vivência que se tem com a cidade e dados do primeiro censo da população em situação de rua (2020). A partir disso, é possível tecer com o real a intenção dos ensaios, enquanto instrumentos para pensar o projetar. Quatro ensaios projetuais representam a movimentação desse diálogo com o contexto local e para além do resultado formal enquanto produto. A aproximação com os ensaios se desenvolve pela prática reflexiva e questões que são obtidas, a partir de cada um, sobre o projetar voltado ao morar na rua. A parte final do caderno é seguida pelas considerações finais, agradecimentos e referências bibliográficas.

Fenômeno do desabrigamento

Prelúdio, abrigar

Considerando o campo arquitetural, ao pensar sobre o termo morar e sua origem, há uma associação direta com as palavras casa e, consequentemente, com o abrigo. Em sua procedência, essas palavras estão associadas à proteção contra intempéries. Vitrúvio é um dos primeiros a investigar o momento do virar-de-chave quando o ser humano constrói seu próprio invólucro em busca de proteção e esboça a origem da própria arquitetura. Para ele, a cabana primitiva surge da relação com o fogo, representando o início do domínio da forma e do espaço.

> Começaram a levantar coberturas utilizando ramos de árvores, a cavar grutas nos montes e a fazer, imitando os ninhos dos pássaros, com barro e ramos, recintos aonde pudessem guarnecer-se. (VITRÚVIO apud JOÃO MIGUEL, 2002)

Apesar de a contextualização primária da busca pela origem do abrigo estar associada à forma, não cabe restringir o morar somente ao elemento construído, pois este é transpassado por características simbólicas e sociais. Heidegger (1954) busca clarificar a essência do morar no ensaio "Construir, habitar, pensar" (1954). Então, ao elucidar que o morar tem um sentido mais amplo como o viver no mundo, ou seja, a busca pela essência humana, ignora ou tenta ignorar contradições concretas, para, assim, plantar arquiteturas verdadeiras em meio à arquitetura deturbada (FUÃO, 2016). Revela, ainda, uma busca mais íntima pelo ser-no-mundo; e a sensação de não se sentir em casa tensiona o cerne da função do morar, ao apontar que "construções oferecem ao homem abrigo. Nelas, o homem, de certo modo, vive, mas não mora". Nesse sentido, a função restrita do abrigo, enquanto proteção, não supre o estado pleno do morar.

Se, no início, a arquitetura tinha um compromisso intrínseco com a função do proteger e resguardar, interessava-me alcançar lugares e espaços cuja ausência fosse evidente, para, assim, entender a relação entre abrigar versus morar. E, a partir dessa identificação, visualizar os espaços e situações que a arquitetura não ocupa nos quais existiria potencial arquitetural para debate e transformação sob a perspectiva da falta. À vista disso, o fenômeno do *desabrigamento* aparece como campo investigativo.

Figura 03: Croqui "O abrigo" de Oscar Niemeyer, com base em referências da cabana primitiva de Vitrúvio e Violete-le-Duc.

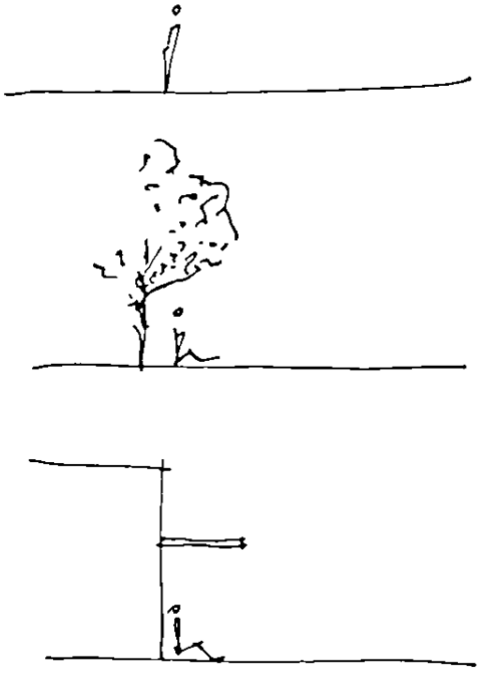


Figura 04: Croqui autoral, aproximação com o termo do desabrigar.

Sem cobertura: sob o céu, sob a natureza, sob a marquise

Reflexões sobre o desabrigamento

Assim como Heidegger (1954) busca a essência do morar na relação mais profunda com o *ser* na Terra, a relação do d*esabrigamento* me parece ter sua origem também na questão existencial. Em relação à natureza humana, a primeira referência conhecida ao abrigo é o invólucro uterino materno. Pode se dizer que, antes mesmo da primeira relação com a arquitetura, o *abrigar* está presente. Por isso, enquanto espécie humana, o abrigo está na construção de um espaço singular de proteção jamais novamente encontrado depois do nascimento. Seria, então, a ruptura do bebê com o ventre materno a primeira situação de desabrigamento?

Neste ensejo, o psicanalista Otto Rank (1924) culmina o termo "trauma do nascimento" como expressão de aproximação dessa ruptura abrupta materno-infantil. Em sua visão, essa experiência de separação representa a primeira angústia do ser humano, ou "o desamparo original". No contexto social urbano das situações de desabrigamento nas ruas, um dos principais motivos apontados como causa é a quebra do vínculo familiar (QUINTÃO, 2012). Nessa linha de raciocínio, pode vir a ser considerada uma segunda ruptura da essência do que seria o estado de abrigamento. Ainda em analogia ao estado natural, Lewis Munford (1982) realça uma semelhança direta entre as palavras "lar" e "mãe" que pode ser observada nas primeiras organizações sociais, revelando e influenciando os modos de ser e habitar.

Para além da busca no campo subjetivo-existencial que nos aproxima, enquanto retórica, da volta do termo *abrigar*, o estado de *desabrigo* acontece, sobretudo, pela situação econômica na qual a extrema pobreza evidenciada durante o crescimento da urbe é inversamente proporcional às medidas de políticas públicas. Este é o reflexo da fabricação social de um modo de viver marcado pela segregação, exclusão, busca de distinção e fidalguia. Por isso, vemos, no espaço urbano, o modo hostil como o ambiente construído foi socialmente produzido e culmina em crise habitacional e desvalorização do espaço urbano e da rua (LEITÃO, 2014).

Logo, se ao pensar o morar fazemos associação direta à palavra casa, a rua seria o termo equivalente à associação direta ao desabrigo?

Talvez o impasse da expressão "morar na rua" esteja na configuração do modo de vida que, mesmo que em condições adversas, esse morar encontra no espaço público. Apesar da situação de desabrigamento estar envolta da falta e o cenário carecer de infraestrutura, o morar na rua é análogo ao ato de morar na esfera não construída e estabelece uma relação de *habitat*. A própria expressão "morar na rua" gera uma estranheza, pontuada por Paula Quintão (2008) como "curiosa ambiguidade intrínseca nas palavras: morador/esfera privada e rua/esfera pública" evidente pela própria semântica do termo.

É possível dizer que se mora, apesar da situação de desabrigamento, uma vez que as terminologias utilizadas podem ser entendidas como: o abrigar referente ao elemento construído e o morar como condição que transpassa o construído. No entanto, ambos permutam em relação simbiótica sobre a mesma abordagem.

O morar na rua, ou seja, no espaço público, é, sobretudo, a ruptura do modo de ser e estar na cidade. A ocupação desses espaços ocorre pela própria desvalorização do ambiente urbano, em detrimento da valorização dos espaços privados que pode ser historicamente explicada pela própria configuração das cidades brasileiras na herança cultural da casa-grande (LEITÃO, 2005). Com isso, os fragmentos do ambiente urbano hostil são, sobretudo, reflexo da construção do comportamento social. E acaba por ser o lugar de exclusão que a população marginalizada encontra para se configurar no espaço.

Os sujeitos no espaço da rua

A construção social, através de símbolos e da linguagem, constrói no imaginário cultural um padrão de visualização da "persona unitária", ou seja, as pessoas que tem a rua como lugar de moradia. Cabe, nesse momento, desfazer a ideia de unidade e descontruir esse imaginário coletivo, sendo necessária a aproximação aos moradores de rua enquanto indivíduos – sujeitos – cidadãos – que fazem parte da sociedade.

A partir do reconhecimento dessa cidadania, também é reconhecido o direto ao pertencimento do espaço público e, sobretudo, da cidade. A própria definição de morador de rua dada pela Política Nacional para a População em Situação de Rua reconhece a diversidade do grupo. A construção da sua própria definição colabora para consolidação de políticas públicas e garantia de direitos. Assim, é caracterizado como "grupo populacional heterógeno que possui em comum a pobreza extrema, a fragilidade dos vínculos familiares e a ausência de moradia convencional regular, utilizando áreas degradadas e logradouros públicos como espaço de moradia e sustento" (BRASIL, 2009).

Sobre as terminologias, nesse trabalho, adotou-se o *morar na rua* ou *morador de rua*, pela relação direta com o foco objeto de estudo: a ação do ato de morar. A utilização de outra terminologia poderia direcionar a atenção no indivíduo-sujeito e distanciar a discussão em volta da espacialidade do ambiente público. No entanto, pontuo que, para a mesma referência, pode-se ter: pessoa em situação de rua, pessoas de rua, povo da rua, *homeless*, sem-teto e desabrigados.

E, para o arranjo urbano, cabe a distinção que Ghirardi et al. (2005) atribui em três estados de classificação da relação de permanência desse grupo com a rua: ficar na rua, estar da rua e ser da rua. Andrade et al. (2014) resumem da seguinte forma:

> "Ficar na rua é ainda preservar e manter uma rede de relações de suporte. Estar na rua é estruturar progressivamente um novo cotidiano que tem como referencial o espaço público, com seus moradores e usuários. Ser da rua é tornar este espaço seu cotidiano real, tendo a rua como moradia e local de trabalho, ir se desvinculando gradativamente das suas redes sociais de suporte e aderindo aos códigos que imperam nas ruas." (Andrade et al. 2014)

A distinção nessas três relações com a rua clarifica e direciona medidas de intervenções com esse grupo. Há aqueles que desejam sair das ruas e aqueles que não. É necessário ter sensibilidade nesse cenário, principalmente, diante de uma cultura que vê o morador de rua como um caso a ser erradicado, negando-lhe a própria cidadania inerente a cada um. Esse ato pode ser lido como um comportamento social aporofóbico, pois não reconhece igual humanidade ou dignidade. E vê o outro como objeto e não como sujeito que deve ser levado em conta.

Aporofobia

O neologismo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina (2020) é caracterizado como uma patologia social que se refere ao ódio ou aversão ao pobre. Esta é qualificada como crime de ódio passível de punição civil. Apesar de estar presente em outras fobias, como xenofobia, homofobia ou misoginia, difere-se pelo valor de troca agregado ao indivíduo. Com isso, pode ser definida como "rejeição, aversão, temor e desprezo ao pobre, ao desamparado que, ao menos aparentemente, não pode devolver nada de bom em troca".

Ao falar diretamente do morador de rua, Adela pontua que, dentro das condições de vulnerabilidades, é o pobre sem vínculos com a sociedade que mais a preocupa. Com isso, exprime a natureza dessa fratura social ao abordar o "sem-tetismo".

> "O *sem-tetismo* é um problema social sangrento, porque mostra um grau extremo de vulnerabilidade dos que padecem desse mal. Quem não tem sequer proteção de uma casa, por mais precária que seja, não possui nem um mínimo de intimidade para sua vida cotidiana, nem goza também de uma ínfima proteção frente as agressões externas e tratamentos degradantes, está à disposição de qualquer descerebrado com vontade de se divertir um pouco à sua custa ou de qualquer ressentido desejo de despejar seu rancor em alguém. Carecer de um lar supõe uma ruptura relacional, laboral, cultural e econômica com a sociedade, é clara a situação de exclusão social. O *sem-tetismo* é a expressão de uma suprema vulnerabilidade." (CORTINA, 2020)

A materialização dessa suprema vulnerabilidade vivenciada pelos moradores de rua se dá na construção de elementos da dita arquitetura da exclusão, ou arquitetura hostil; que consiste na representação da restrição do modo de usar mobiliários, equipamentos e a própria cidade. Segundo Petty (2016), tem função "explicitamente coercitiva, violenta e injustamente dirigida àqueles que ocupam a base do espectro sócio-político".

Esse controle social do espaço público também evidencia uma ruptura do direito à cidade, usado por Adela Cortina como base da discussão e reflexão, a partir da construção de espaços democráticos. Estes se originam do cenário da polis como espaço de reunião sócio-política. No entanto, objetos hostis na cidade restringem o uso do espaço público e permitem que estruturas privadas avancem sobre a propriedade pública, reduzindo o papel democrático de reunião social, que faz parte da origem das cidades, e limitando o próprio uso do espaço público apenas a circulação (FARIA, 2020).

Figura 05: Exemplo de arquitetura hostil.

Espetos na entrada da Catedral Metropolitana de Campinas (SP) antes da crítica do Padre Júlio Lancellotti "Nem sempre a casa de Deus é a casa do povo".

Arquitetura Hostil

A arquitetura hostil é absurda. Os viadutos e seus vazios podem ser considerados o maior exemplo de ações que marcam a expulsão do espaço público. Primeiro, pelo carro, com a apropriação privada das ruas pelos automóveis. Segundo, pela geração de espaços vazios seguida de intervenções que tentam preservar a paisagem ideal de cidade.

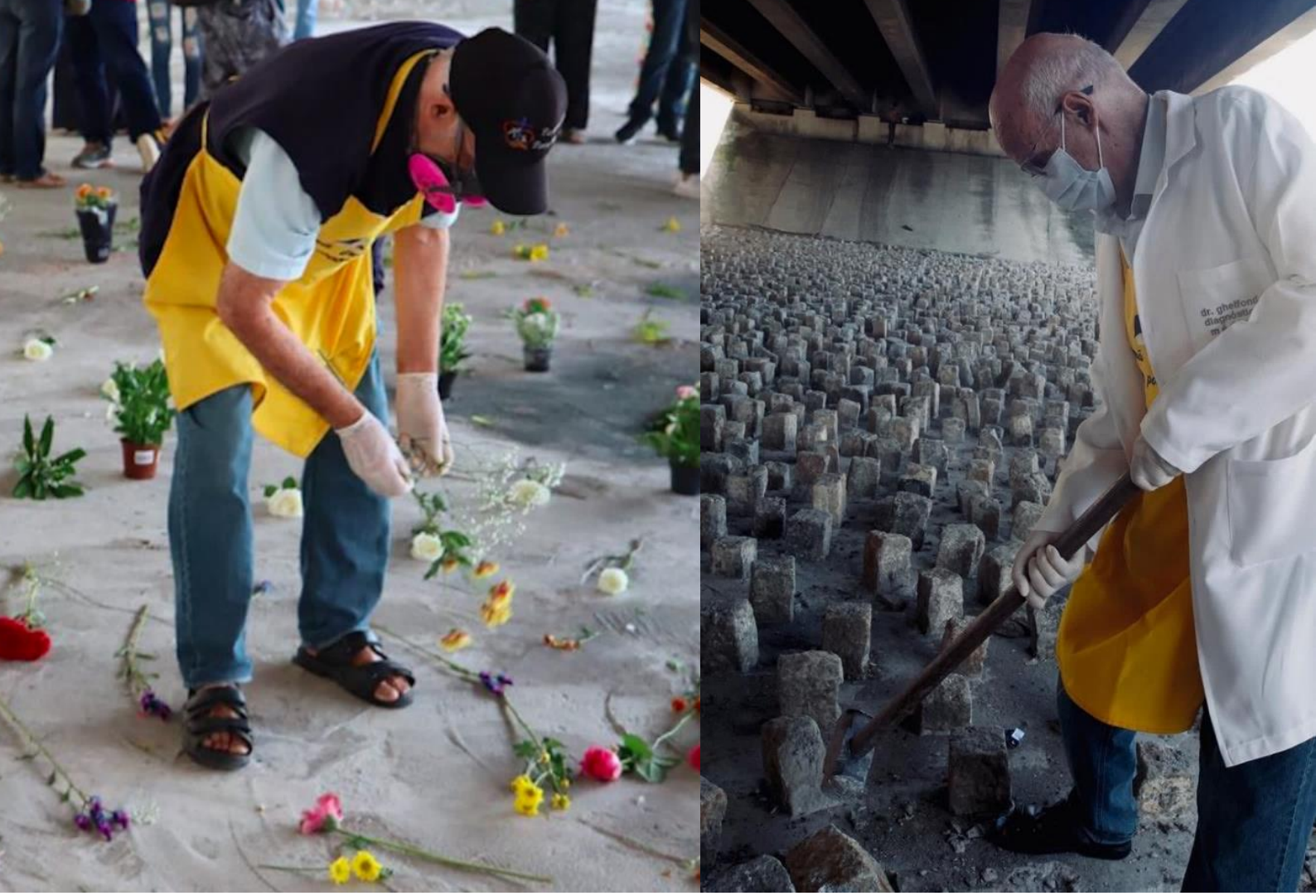
A geração desses espaços vazios acaba por servir como espaços de ocupação para pessoas que não tem um dito "teto para se viver". São áreas desvalorizadas pelo estado e, consequentemente, ocupadas por aqueles que não tem moradia formal.

Em São Paulo, as ações do padre Júlio Lancellotti, por exemplo, repercutiram nacionalmente após se propor a retirar pedras que impediam a ocupação e uso em baixo de viaduto. Sua ação impulsionou a regulamentação civil contra os espaços públicos de exclusão. Em entrevista, Lancellotti aponta a relação entre aporofobia e arquitetural hostil ao relatar que "é preciso, sobretudo, retirar os obstáculos que existem internos a cada um de nós, o preconceito que faz com que esses obstáculos também sejam colocados no mundo físico".

Lei Padre Júlio Lancellotti

O Projeto de Lei (PL) 488/21, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, pretende vedar o emprego de técnicas de "arquitetura hostil" em espaços livres de uso público que afastem a população de rua. Recebe o nome do padre por ter sido o ator que motivou a proposta apresentada ao Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Nesse momento, encontra-se aprovada pelo Plenário e destinada à Câmara dos Deputados.

Medidas como essa direcionam a atuação do estado que, historicamente, age em função da exclusão, seja pelos objetos hostis, ou pelo movimento de higienização urbana; este movimento fez e continua fazendo parte do processo de modernização e urbanização das cidades.



A ação é sobretudo simbólica. Um padre acompanhado de uma marreta, dá início à retirada de pedras embaixo de viaduto. Em segundo momento, coloca flores e rosas onde outrora era pedra, cinza e sem vida; e afirma: "nós queremos que nossas cidades sejam mais humanas e não empedrada, sem pedras e sem hostilidade".

Figura 06: Intervenção sob viaduto da cidade São Paulo pelo Padre Júlio Lancellotti.

Realidade e Absurdo

Morar na rua é uma realidade que faz parte do desenvolvimento das cidades. Por isso, o crescente número de pessoas nessa condição nos leva a questionar o papel da arquitetura e urbanismo diante da temática, ou seja, como a arquitetura se relaciona com a demanda da população que tem a rua como lugar de moradia?

O tema de caráter social, tem como característica a interdisciplinaridade, que engloba desde a sociologia, a antropologia, a psicologia, a saúde e os aspectos políticos e econômicos. Dessa forma, tão pouco cabe somente a arquitetura pensar em medidas que resolvam ou solucionem esse fenômeno. No entanto, há uma cultura dentro da pratica arquitetônica de formação e até mesmo vocabulários voltados para encarar a função da arquitetura como "resolutora de problemas". Nesse sentindo, uma questão é colocada "Como a arquitetura se relaciona com a temática que tem como pré-condição um impasse resolutivo?", uma vez que o problema tem raízes estruturais mais amplas, que há singularidades que foge às respostas.

Diante dessa questão, revelam-se outras funções que transpassam a arquitetura como forma de aproximar-se de uma temática. Para o caso do morar na rua, a arquitetura, enquanto denúncia de caráter comunicativo, é um caminho para tensionar e explorar limites da realidade que, efetivamente, por ela seriam resolvidos.

Para aproximação do caráter comunicativo da arquitetura, tive como referência os grupos da vanguarda arquitetônica que atuaram na Europa nos anos 60. Archigram e Superstudio questionaram a realidade da época e se destacaram pelas ideias radicais, entre a utopia e o absurdo.

O diálogo para estabelecer a relação entre o projeto e a comunicação sobre o morar na rua se deu a partir do instrumento metodológico dos ensaios projetuais. Consiste em uma forma de explorar possibilidades não-convencionais de pensar o abrigar para essa população no território urbano.

Ensaios de projetuais com aspecto de denúncia revelam seu tom, ao pensar em uma abordagem pela linha do absurdo como forma de questionar a realidade do desabrigamento e estabelecer a conexão entre o projeto e o incômodo, a legitimidade, o sujeito, o morar e a rua. São ensaios, sobretudo, para estabelecer uma linha de raciocínio, para discutir e pensar o fazer arquitetônico, o projetar e o abrigar para a população que mora na rua.

O absurdo é, aqui, explorado pelo teor utópico que adentra os ensaios ao imaginar possíveis projetos de denúncia especializados na realidade. A partir do confrontamento com o real, subverte a lógica de regras de comportamento social e urbano, revelando, a partir da estranheza, o absurdo; ou seja, propostas que causem incômodo podem ser entendidas como absurdas. No entanto, em breve reflexão sobre a realidade, há cenários absurdos que são naturalizados, como é o caso das arquiteturas hostis encontradas na cidade. A realidade do absurdo é sobre os limites naturalizados.

Historicamente, é o meio artístico que se propõe a tensionar com mais ênfase esses limites, como forma de se aproximar, interpretar e confrontar a realidade. Nesse sentindo, aqui, o trabalho se aproxima desse campo de descoberta.

A ação do Padre Júlio Lancellotti, para além do objetivo funcional, corresponde também a um ato político que transpassa o campo da arte. Sua ação cobra providências instrucionais e gera uma experiência singular com o espaço.

O espaço público, por si só, tem uma potência comunicativa que o consolida como espaço de debate, reflexões e críticas. Logo, ações artísticas no espaço público passam a ser experimentadas pela arte contemporânea. Além disso, fomentam o debate do próprio lugar dos artistas e da arte nas construções e interação crítica da realidade.

Essas intervenções urbanas deslocam o artista do gênio criador para um propositor de experiências. A realização da obra depende da dedicação do público de lhe dar um significado, do diálogo particular entre sujeito e obra (SANCHES, 2018).

Essas intervenções coincidem com a definição da expressão em aberto de "arte pública" que, pela definição de Sanches apud Barcellos (2008), pode ser entendida pela ação na qual:

> O artista se tornou alguém que, ao invés de criar objetos artísticos, passou a interferir na nossa percepção da realidade, a criar situações mais do que obras acabas, a provocar reflexões e, portanto, a participar de um processo de transformação da maneira como olhamos e percebemos o mundo ao nosso redor. (SANCHES apud BARCELLOS, 2008)

Figura 07: Homeless Vehicle Project (1988)
Krzysztof Wodiczko

O projeto do "Homeless Vehicle", do artista polonês Krzysztof Wodickzo (1988), acontece a partir da captura do olhar do artista na realidade da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, em meados da década de 80. Tem sua concepção originada dos próprios carrinhos improvisados pelos moradores de rua. Após proposta, passam a servir e assumir multifunções. O design exclusivo do veículo em estrutura de metal assume versatilidade, podendo ser utilizado para o transporte de objetos. E a versão estendida apresenta espaço para dormir e pia para se lavar. O uso desse veículo no espaço público lança interrogações, sobretudo, aos problemas de moradia na cidade.

O veículo transpassa sua funcionalidade sendo, também, um ato de protesto político, pela crítica à exclusão física e social, e pela denúncia da lógica de organização espacial das cidades. O teor artístico da proposta é justamente o impacto e incômodo revelado a partir do estranhamento, capturando o olhar para a população de excluídos que estão na cidade. A questão dos "veículos" incomoda, visto que nos obriga a olhar óbvia e escancaradamente para aquilo que não queremos ver (QUINTÃO, 2008 apud WODICZKO, 1999).

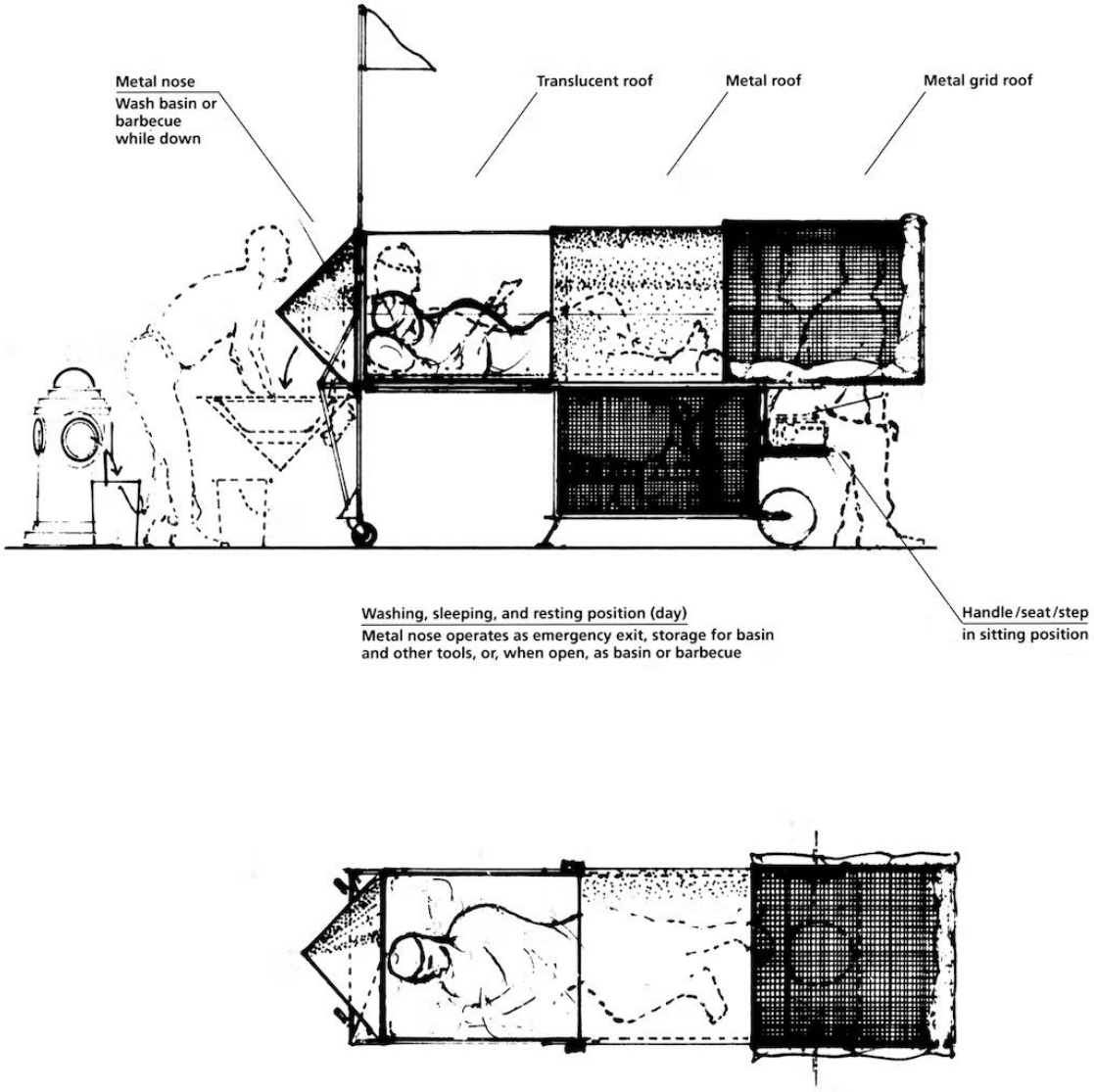


Figura 08: Croqui Homeless Vehicle Project (1988) Krzysztof Wodiczko

Outro projeto artístico com características de enfrentamento à realidade que permeia a questão da moradia e o direto a cidade é a instalação do Cidade Dormitório do Guga Ferraz (2007).

Na intervenção de n°05 para a parede "A Gentil Carioca", Guga propôs a instalação de beliches de oito andares, que são de uso livre para a população, fazendo referência à ideia de mobiliário urbano. A beliche em estrutura de ferro, divisória de madeira e colchonetes se coloca à disposição da imprevisibilidade de uso e ocupação, tanto pela população local em vulnerabilidade, assim como por quem passar pelo lugar. Após a execução, não só o uso é livre, como o próprio significado atribuído por cada um ao elemento vertical.

Figura 09: Cidade dormitório, Guga Ferraz (2007)

Além da edição de nº 05 (2007), outras duas propostas para a mesma parede me chamam atenção pela interatividade das pessoas no ambiente público. Para além de revelar atividades da esfera do morar, o alcance e significação da intervenção transpassa a função utilitária.

A intervenção de nº21 (2014), CHUVAVERÃO do coletivo OPAVIVARÁ, propõe à Parede Gentil a instalação de 5 chuveiros livres para o uso de qualquer pessoa que passe pela rua. Segundo o grupo, a instalação remete às antigas fontes de água pública que existiam espalhadas na cidade do Rio de Janeiro, como a referência da Fonte do Largo da Carioca.

A intervenção de nº36 (2020), Água de beber, que aconteceu no ano de 2020, prevê a instalação de duas fontes de água pública, servindo como bebedouro e para lavar as mãos. Essa intervenção foi resultado do próprio grupo artístico que já atuaram junto aos movimentos sociais e direitos humanos.

A ação é, sobretudo, reflexo da pandemia da COVID-19 que, diante das recomendações de saúde e higiene da Organização Mundial da Saúde, como forma de prevenir a contaminação, revela a dificuldade, principalmente, pelos moradores de rua, de ter acesso à água potável. O projeto consiste na instalação de duas torneiras por acionamento automático e também disponibiliza sabonete como parte da higienização. A instalação previu a liberação de até 500 litros de água por dia, durante os três meses que durou a ação.

As duas propostas têm em comum a água como elemento de conexão entre público e objeto de proposta. Para além do viés artístico, colaboraram para a reflexão em torno dos mobiliários urbanos e o valor simbólico da água como direito ao acesso às necessidades primárias e elemento mínimo de acesso às condições de uma cidade democrática.

Figura 10: Água de beber, (2020) Daniel Toledo, Laura Chaloub, Susana Guardado, Tarcila Jacob, Tiago Rivaldo e Yasmim Pinheiro.

Figura 11: CHUVAVERÃO (2014) Coletivo Opapivará.

Os limites entre o absurdo e a realidade são tênues. Transpassado pela violação do direito à moradia, o morar na rua é um ato humano de sobrevivência. Bordieu (2003) afirma que tem aqueles que o fazem por opção, como estilo de vida. No entanto, representa pequena parcela do grupo. Diante dessa dualidade, Quintão (2008) aponta que:

> "Entre arte e cenário real urbano, a premissa é que, se o morador de rua existe, que possa ao menos sê-lo por opção e não por coerção, tornando-se assim um ator do espaço urbano e sujeito, e não-objeto."
>
> (QUINTÃO, P. 2008)

Nesse sentindo, a afirmação do sujeito enquanto pertencente à cidade faz dele agente atuante no sistema político democrático. Cabe a este ter direitos mínimos garantidos pelo Estado; desde o direito à água potável, como ao descanso. Por isso, o enfretamento da realidade pelo absurdo se constrói, sobretudo, aos olhos de quem o vê. Intervenções urbanas que ressaltem essa condição, evidenciam a própria condição absurda na qual alguns vivem na cidade.

Notas sobre alguns ensaios

A aproximação com a temática ocorreu pela livre observação da dinâmica de ocupação na cidade. O ato de olhar e ver é também uma questão que transpassa o morador de rua, culturalmente entendido como grupo social dos invisíveis e esquecidos. A dualidade diante dessa condição é que, enquanto pertencente ao espaço público, a situação é de exposição, ou seja, de ser visto. Há, nesse caso, no entanto, a rejeição do olhar atrelada à figura do pobre e da própria desvalorização do ambiente público em detrimento do espaço privado.

Por mais que essa visão transcenda o campo da arquitetura, influencia diretamente na tomada de decisões de propostas e soluções para o abrigar do morador de rua. Revela, ainda, um impasse de uma linha tênue entre oferta de infraestrutura e assistencialismo versus disciplinamento social e resguardo de uma imagem ideal da paisagem da cidade.

O incômodo estaria no morador de rua ocupar o espaço público e de certa forma romper com uma forma de organização social e econômica ou de simplesmente ser visto? Se essa moradia acontecesse em uma espécie de container *(elemento opaco)* na esfera pública, a percepção do morar na rua seria diferente?

Pensando sobre essas questões, o ensaio projetual Divise ensaia a forma de olhar. A partir de uma estrutura de vidro, questiona o dentro e fora, o público e o privado, espaços abertos e fechados, e o ver e ser visto. Contribui no direcionamento de proposições espaciais por dois caminhos estruturais: a visibilidade e a questão do lote.

Figura 12: Ensaio projetual Divise

As medidas de assistência ao morador de rua estão em função, de fato, da oferta de infraestrutura e suporte, ou distanciamento da visibilidade que o espaço público lhe proporciona?

Se o morar na rua existe e tem como característica a vivência no espaço público, pensar o abrigar para esse grupo deve partir, também, dessas características singulares que fazem parte das suas construções e trajetórias como sujeitos. Apesar da condição de vulnerabilidade, tem sido construído certo modo de morar, seja pelo sistema de espaços abertos, ou pela vida em grupo. Soluções arquitetônicas dentro do arranjo da moradia formal estão fadadas à falência resolutiva. Como é o caso dos atuais modelos de abrigos/albergues/casas de acolhimento que se tem a nível da escala do edifício. Por mais que ofereçam infraestrutura física para funções do morar, têm rejeição por parte das pessoas que veem a rua como lugar de moradia.

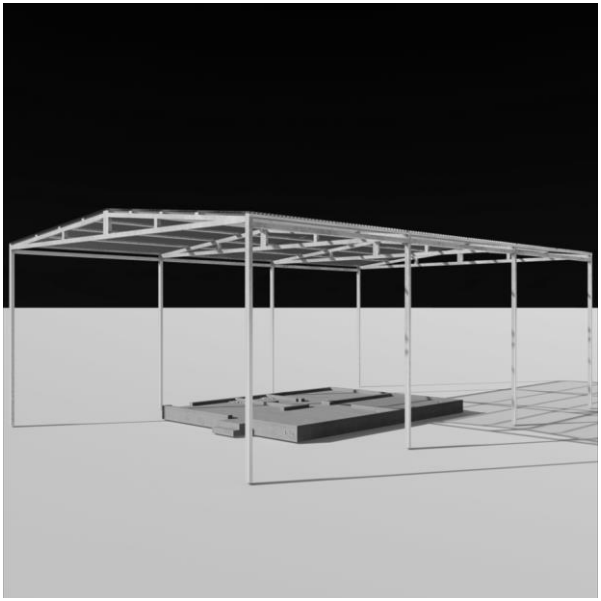
Diante desse cenário, a questão do lote surge como reflexão de impasse projetual. Primeiro, pela remoção dessas pessoas do espaço público associada à repercussão do que essa decisão acarretaria, uma vez que a infraestrutura para o abrigar e modo de uso do espaço público seria conformado a um ideal de ocupação. Segundo, pelo próprio modo de vida e condições de sustento atreladas às atividades da rua, como flanelinha, catador de material reciclável e demais atividades em contato com o ambiente público. Uma alternativa seria o intermédio entre adentrar o lote e manter a relação intrínseca de uso com o espaço público; o que representa um manifesto na direção de romper o limite do lote, garantindo o direito à moradia, mas preservando o uso e ocupação livre do ambiente público.

A questão da visibilidade representa, sobretudo, uma tentativa de aproximação com uma realidade distinta na busca de fornecer condições de abrigamento de uma forma que transpasse necessidades básicas e que realmente detenha a aproximação dos indivíduos enquanto sujeitos. O ensaio projetual Divise confronta a organização social, às medidas de intervenção do espaço e a realidade que pulsa na margem da cidade. A partir de uma organização social de supra valoração do ambiente privado, constroem fachadas cegas para a realidade urbana.

Tratar do *desabrigamento* sob a perspectiva da falta, evidencia lacunas sobre a própria questão da moradia na cidade. Mesmo quando ofertada habitação de caráter de interesse social, a maioria cumpre minimamente com espaços e condições que contemplam a atividade do morar. Quais as funções mínimas para abrigar? Qual a área mínima? Até onde o mínimo é plausível? Essa busca já foi iniciada em meados do século XX, durante a segunda revolução industrial, com o debate sobre "existenzminimum", ou seja, habitação para o mínimo de vida, diante das amplas necessidades biológicas e psicológicas (ROZESTRATEN, 2019).

Esse ensaio surge das reflexões em torno das seguintes questões: como se abriga o ser humano? Quais as necessidades arquiteturais que o morador de rua espera da arquitetura? São questões que refletem o próprio modo ser e habitar a cidade, para além de um involucro protetor contra intempéries e beliches enfileiradas.

A Falta é um ensaio a nível de instalação cuja estrutura coberta com traços remete ao imaginário de casa e uma plataforma que simula uma planta baixa de habitação mínima. A relação com o vazio evidencia a ausência de paredes e divisões que delimitariam o privado em relação ao público.



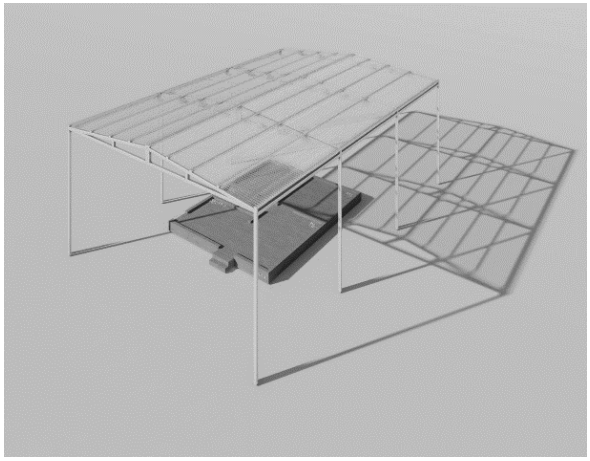


Figura 13: Ensaio projetual A Falta

O mínimo, o hostil e o absurdo

O ensaio anterior dialoga com condições adversas, as quais percorrem o abrigar sob a perspectiva do mínimo. A realidade da Covid-19, nos anos de 2019 e 2020, evidenciou situações da realidade como, por exemplo, a falta e a precariedade que muitos moradores de rua vivem. Diante de uma crise sanitária, o desabrigo e o desamparado são visíveis. Assim como a dificuldade para ter acesso ao mínimo das recomendações de prevenção contra a contaminação. No mesmo contexto, em Las Vegas, a solução para assistência social adotada do abrigar mínimo se restringiu às faixas brancas pintadas no chão de um estacionamento. Por isso, enfrentar a realidade do desabrigamento em busca de um abrigar, representa também o confrontamento de medidas hostis que são naturalizadas e implantadas como medida paliativa de desvio da problemática.

Figura 14: Abrigo para moradores de rua em estacionamento em Las Vegas durante a pandemia do covid-19, 2020

Os "debaixo do viaduto" consistem no maior exemplo da hostilidade urbana que foi naturalizada como espacialidade daqueles que não tem um teto para morar. No entanto, até esse espaço hostilizado é negado para uso e ocupação dos moradores de rua. A inserção de blocos de concreto que impeçam o uso do solo, expulsa as pessoas de qualquer tipo de atividade. Ou seja:

O próprio chão é negado.

O ensaio Contraposta é uma resposta à solução de expulsão dos "debaixo do viaduto". Pode ser visto como um ato simbólico de devolver o chão, que é livre e de todos, buscando no próprio confrontamento com o cenário às raízes históricas do momento que o solo foi privatizado. O desabrigamento nesse ensaio é entendido, sobretudo, pela ausência de afeto e pela materialidade da visualização gráfica. Essa visualização pode ser obtida através de uma plataforma que contraste o material com o cinza e a frieza do concreto, provocando uma sensorialidade de aproximação associada à sobreposição de piso, que contesta o elemento hostil.

Figura 15: Ensaio projetual Contraposta

Sem-casa, sem-teto, sem-chão

A fratura social da moradia na rua é exposta ao observar o pouco que resta para sobrevivência no espaço urbano. Para além de direitos civis negados, fica evidente a falta da casa, do teto e do próprio chão para se habitar. Mesmo diante desse cenário de exclusão, o morador de rua se arranja no espaço urbano, em conjunto às imprevisibilidades de uso e ocupação que desenvolve na cidade na busca desse sentindo de morar.

Essa imprevisibilidade de uso e ocupação também é proporcionada na arquitetura, através de grandes vãos livres. Vislumbrando essas configurações de ocupação espontâneas e a imprevisibilidade de ocupação diante de um chão e um teto, esse ensaio projetual simula e imagina como seria o uso de uma plataforma coberta livre para o público. Diante da oferta dessa instalação na cidade, a inquietação parte de imaginar como se daria a ocupação e se configurariam as dinâmicas territoriais em torno desse objeto.

O ensaio assume um caráter de uso e de traço comunicativo. Existe uma relação de confrontamento com os troncos de pirâmides logo abaixo do piso, que remetem ao debaixo do viaduto.

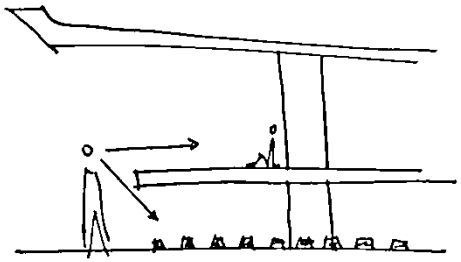


Figura 16: Croqui de ensaio projetual Sem nome

A estrutura também direciona o olhar das pessoas ao redor, devido à posição da altura da plataforma a nível médio do olho humano (1,50 m). A coberta entraria como elemento que potencializasse a função de abrigar, tendo em vista que o abrigar está diretamente ligado à proteção de intempéries (sol/chuva). A estrutura central funcionaria como catalizador da água da chuva.

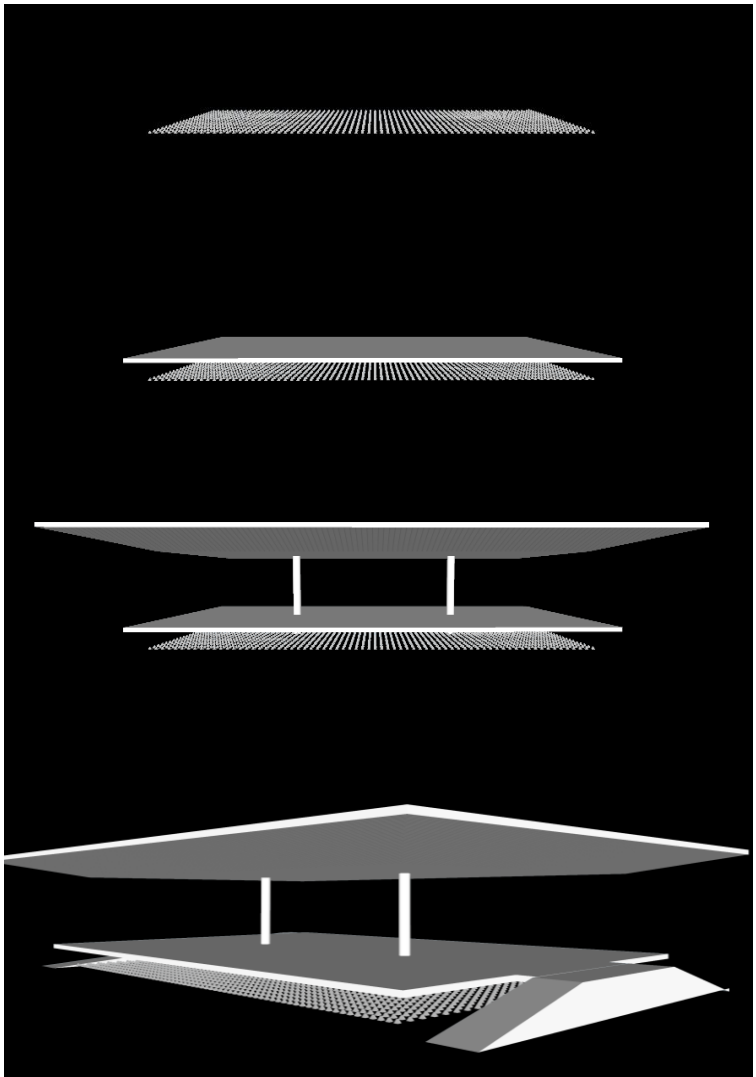


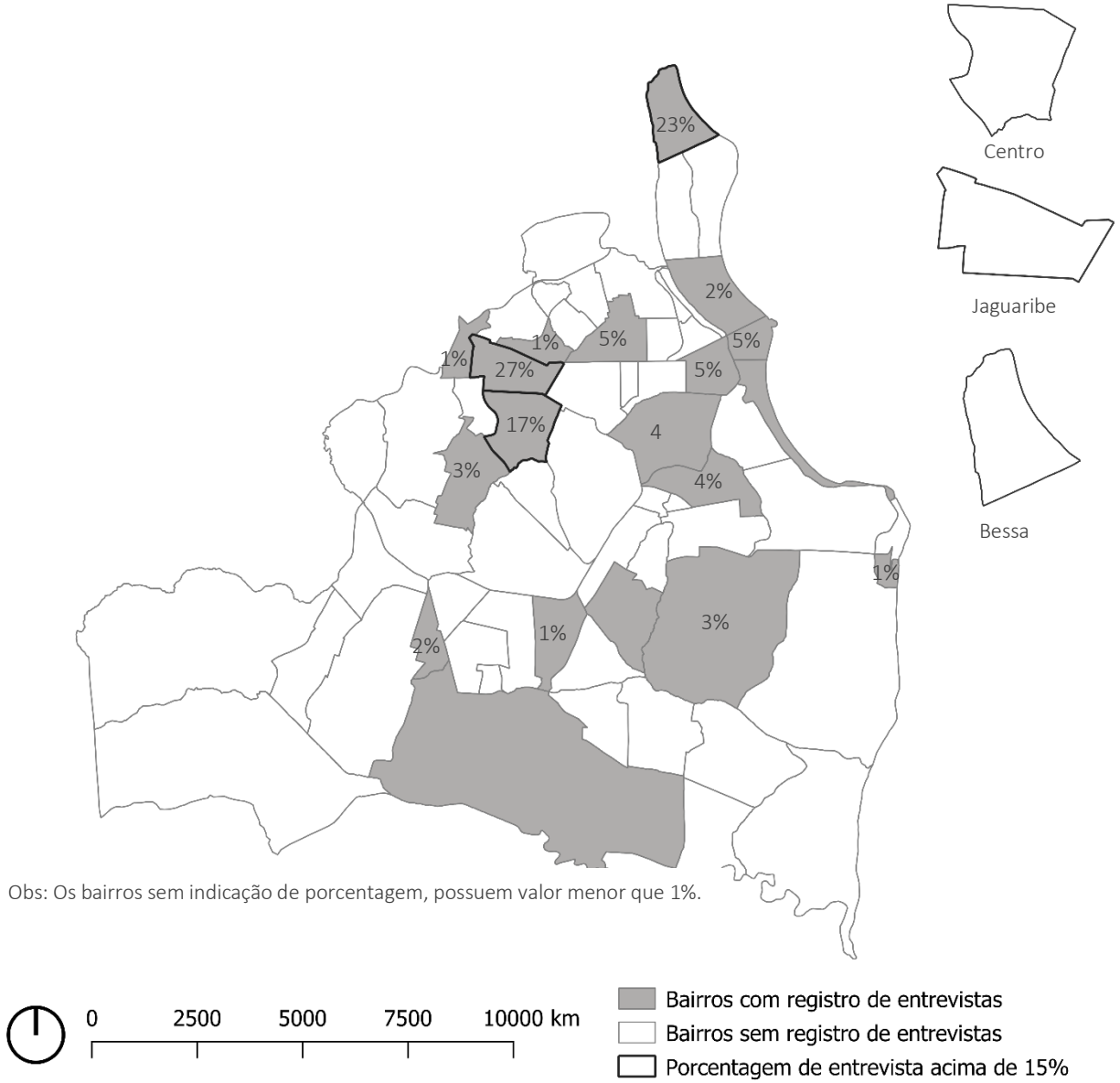
Figura 17: Ensaio projetual Sem nome

Outros ensaios e a cidade de João Pessoa

João Pessoa é uma cidade em crescimento, quando comparada às demais capitais da região Nordeste do Brasil. A cidade possui, aproximadamente, 800 mil habitantes e PIB per capita de 25.768,09 reais (IBGE, 2019 e 2020). Compreender a dinâmica da cidade auxilia no próprio entendimento de como se configura o morar na rua, visto que é um evento essencial urbano e depende da própria cidade para ocorrer (ANDRADE, 2014). As dinâmicas de ocupação e distribuição espacial, assim como a própria caracterização social e econômica do grupo que vive nas ruas, auxilia no direcionamento de intervenções e soluções em torno do abrigar.

No ano de 2020, foi realizado o primeiro censo da população em situação de rua na cidade de João Pessoa. Esse censo contribuiu para quantificação e caracterização dos locais de agrupamento dessas pessoas, assim como identificação de bairros e região que têm o maior índice. 278 entrevistados fizeram parte da primeira amostragem. As áreas de maior concentração estão ao norte de João Pessoa. Os bairros que apresentam maior concentração de entrevistados são: Centro, com 76 entrevistados (27%); Bessa, com 63 entrevistados (23%) e Jaguaribe, com 48 entrevistados (17%).

Os dados confirmam a maior porcentagem de ocupação do morar na rua vinculado ao bairro do Centro, assim como em outras capitais. Observou-se, também, o crescimento desse grupo em função do vírus da Covid-19. Os ensaios projetuais a seguir têm a cidade de João Pessoa como condição espacial, dialogando com inquietações que surgiram a partir do próprio censo e também de cenário preexistente na cidade.



Obs: Os bairros sem indicação de porcentagem, possuem valor menor que 1%.

Figura 18: Mapa dos bairros que foram registrados moradores de rua no censo de João Pessoa (2020). Elaboração da autora, com base no censo da população em situação de rua de João Pessoa.

O resultado dos ensaios projetuais, nesse trabalho, são exercícios para pensar o modo e a forma do morar na rua, assim como a relação arquitetônica com o abrigar diante desse cenário. No distanciamento das proposições com intenção meramente de resolver, a aproximação acontece, sobretudo, para pensar o projetar. Nesse sentindo, em diálogo com a cidade de João Pessoa, apresento quatro ensaios projetuais críticos reflexivos, que tensionam a realidade da forma que a cidade se apresenta e os modos de habitá-la. Os ensaios têm função comunicativa. Apesar da exequibilidade de alguns, a intenção é a reflexão sobre suas ocupações, relação com o entorno, inquietações e incômodo que revelariam em um possível cenário de inserção na cidade.

O primeiro ensaio, Destoante, é de caráter único e exclusivo comunicativo. Consiste na espacialização vertical do quantitativo de entrevistados do primeiro censo da população em situação de rua da cidade de João Pessoa. No ensaio II, Mobiliário ao público, traça-se uma reflexão dos abrigos a nível de mobiliário urbano existente e o vislumbre desse mobiliário se também atendesse ao morador de rua. O ensaio III, Unidade Autônoma, concede o abrigo imediato e de fácil acesso para descanso e proteção de intempéries. E o ensaio IV, Ato público de intimidade, investiga limites do privado e do público com a intenção de uma fonte de água aberta.

Os ensaios II, III e IV dialogam, sutilmente, com o absurdo. A concepção acontece pelo vislumbre da experiência do ensaio aplicado à realidade da cidade e o almejo da sua interação com o público. Os três ensaios têm em comum a inserção no espaço urbano público e o ideal de uso livre, contemplando a imprevisibilidade de apropriação e modo de usar dessas estruturas. Espera-se que os diferentes usos e ocupações de cada ensaio não tenham definição e restrição do modo de usar. Foram pensados de forma que sirvam ao morador de rua.

Fora isso, que se faça da imaginação objeto de visualização para transferência completa da intenção ensaística. Assim sendo, a aproximação com os ensaios é sobretudo uma reflexão, para pensar sobre o morar na rua. A seguir, explano algumas das intenções e discussões sobre cada um. Mas, também, sugiro que conceda lentidão ao olhar, para composição das questões que os ensaios despertam.

I. Destoante

Figura 19: Ensaio projetual Destoante

Destoante é aquilo que não condiz, impróprio e inconveniente.

Verticalizar os dados disponíveis do primeiro censo da população em situação de rua de João Pessoa, representa um confrontamento de denúncia. Isso foi feito para mostrar a quantidade de pessoas que estão na extrema vulnerabilidade no ambiente da cidade.

Assim, o elemento vertical ganha desdobramentos ao pensar que cada pessoa do censo deveria representar uma unidade de pavimento dessa torre. Isso está em analogia ao extremo oposto do que seria "morar bem" na contemporaneidade, ou seja, morar em um andar por pavimento.

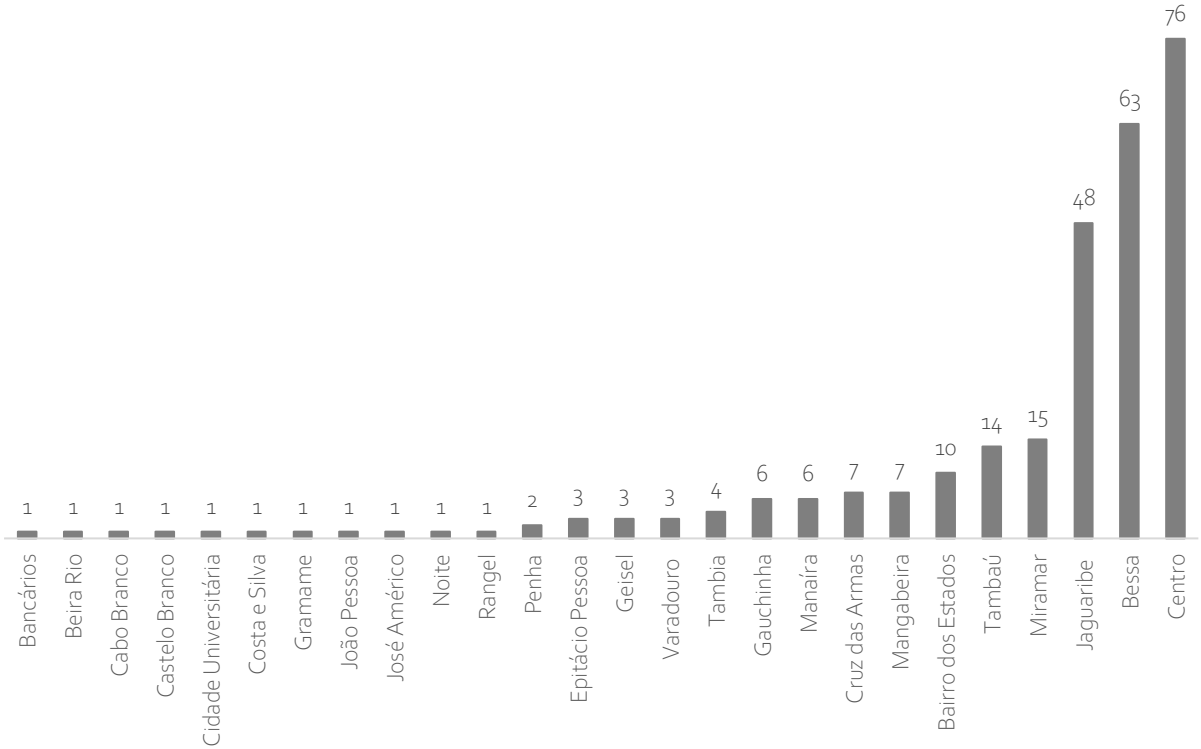


Figura 20: Gráfico da distribuição dos moradores de rua por bairro na cidade de João Pessoa

O elemento vertical também sinaliza a busca por uma ascensão social e a vista privilegiada de quem está mais ao topo. O ensaio está localizado no bairro do Altiplano, Cabo Branco que, em função da especulação imobiliária, passou por um processo de verticalização e adensamento, a partir do início dos anos 2000. Destaca-se que o prédio mais alto da cidade não acompanharia o tamanho do que seria especializar verticalmente a falta de moradia.

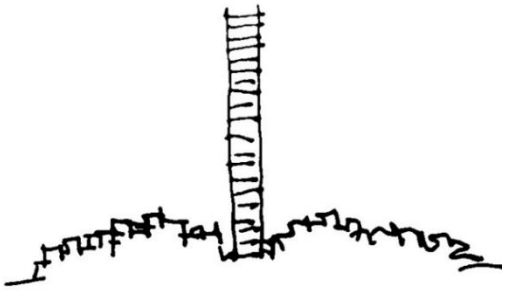


Figura 21: Croqui inicial do Destoante

Esse ensaio projetual se aproxima, sobretudo, do projeto que aborda uma crítica reflexiva da produção e apropriação da cidade. Dialogando com a utopia e com questões que transpassam a arquitetura e urbanismo, mas que estão diretamente relacionadas. Os grupos de vanguarda arquitetônico dos anos 60 foram percursores nesse tipo de abordagem que tensiona a realidade da cidade. Como pode ser observado na fala do cofundador do Superstudio (Adolfo Natalini) que questiona a própria função e direcionamento da arquitetura:

Figura 22: Il Monumento continuo, Superstudio

"se a arquitetura é apenas mais um incentivo ao consumo, então devemos rejeitá-la...se a prática da arquitetura se constitui meramente como uma ferramenta de afirmação das desigualdades e injustiças de nossa sociedade, então devemos rejeitá-la até que ela finalmente venha a ser utilizada para dar respostas aos nossos problemas mais urgentes. Até que este dia não chegue, a arquitetura não tem a menor importância. Podemos muito bem viver sem ela."

II. Mobiliário ao público

Uma estrutura para o espaço urbano que ofereça diferentes possibilidades de uso, sirva ao público, aos agentes e aos sujeitos que fazem parte da vida na cidade. É aberta e de livre acesso. Resguarda e protege do sol e da chuva. Tem água potável e espaço para sentar e deitar. Pode contemplar atividade utilitária do dia-a-dia, ou servir de apoio ao ócio que transpassa o cotidiano.

Figura 23: Ensaio projetual Mobiliário ao público

Ensaiar projeto é uma aproximação com possibilidades de configuração espacial e do próprio modo de ser e habitar. O *desabrigamento* investigado nesse trabalho se aproxima da rua e do espaço público, como cenário em que essa falta é evidente. No entanto, também foram tateadas situações onde são ofertadas infraestruturas que dialoguem com a questão do abrigar na esfera do espaço público. Nesse sentindo, o abrigo de ônibus e o abrigo do orelhão, são exemplos que lançam o olhar para pensar em possibilidades de ofertas de objetos/elementos arquitetônicos que contemplem funções que existem na cidade, mas que ainda não tem o devido suporte.

Figura 24: Orelhão, Design de Chu Ming (Meados da década de 60 no Brasil)

O projeto de Orelhão de Chu Ming é um exemplo dessa intervenção na cidade. Esse projeto atende uma demanda através de um novo objeto e acaba por influenciar no próprio modo de vida de uma geração. O trecho da crônica "Amenidades da rua" de Carlos Drummond de Andrade, exemplifica bem essa transformação a partir da isenção que o novo objeto casou na vivência urbana:

"De repente – notaram? – a rua melhorou em São Paulo, com o aparecimento do telefone-capacete (...) Tão simples. Em outras cidades desse mundinho que é o mundo, já se fazia isso há muito tempo, mas aqui é novidade grande/gostosa" (C.D. de ANDRADE)

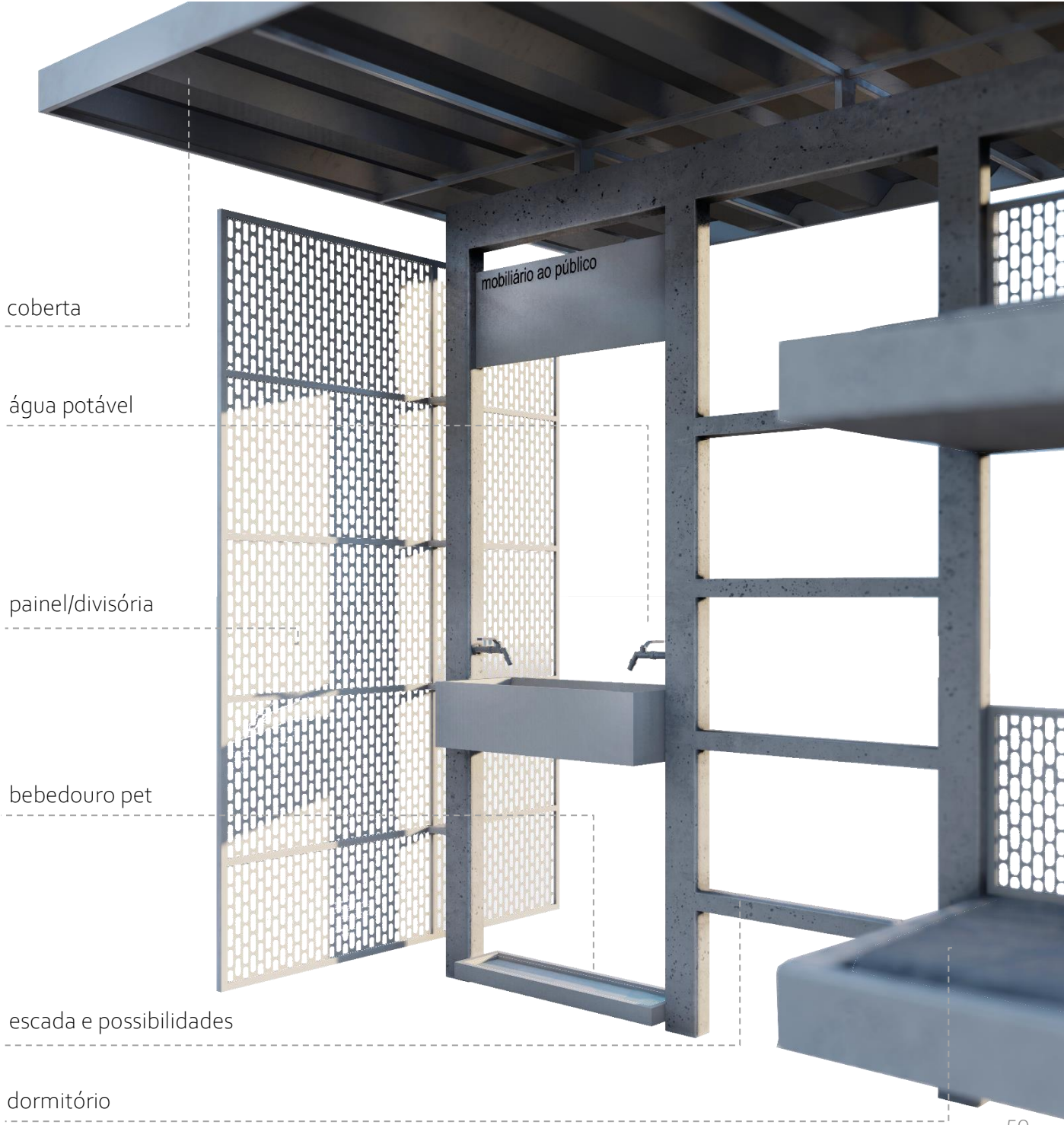


Figura 25: Esquema do ensaio projetual Mobiliário ao público

O orelhão e relato de Andrade estimula o pensamento criativo e reflexivo de pensar a cidade não pelo o que ela é, mas o que pode vir a ser. Em função do morar na rua, pensou-se que, da mesma forma que existem "equipamentos" para servir aos que esperam ônibus e aos que telefonavam, poderia existir também estruturas para servir aos que moram na rua.

A intenção do ensaio é expandir possibilidades em torno do abrigar. A oferta multiuso no mobiliário ao público visa alcançar funções que atendam não só o morador de rua, mas as pessoas em geral que estão na rua. Partindo do elemento formal do abrigo de ônibus, a estrutura resultante parte de um pórtico central. De um lado tem assento, com divisória de apoio e, do outro lado, dois espaços para deitar ou sentar. Em comum aos dois lados, tem-se acesso à água potável e o elemento que pode servir de escada, bem como espaço acessível ao lado do banco. A drenagem da água poderia ocorrer através do escoamento até a guia de coleta pública. Outro atrativo do mobiliário seria a instalação de tomadas e Wi-Fi.

O ensaio projetual se direciona no sentindo de contemplar as possibilidades de usos e ocupações do público com o mobiliário no espaço urbano. Seu intuito, como suporte de comunicação, revela os modos de uso da cidade e, consequentemente, os "públicos" que fazem e não fazem parte das proposições dos equipamentos ofertados na cidade. A partir do momento de implementação, o domínio do seu entendimento seria de quem lhe atribuísse significado e encontrasse seu próprio modo de uso.

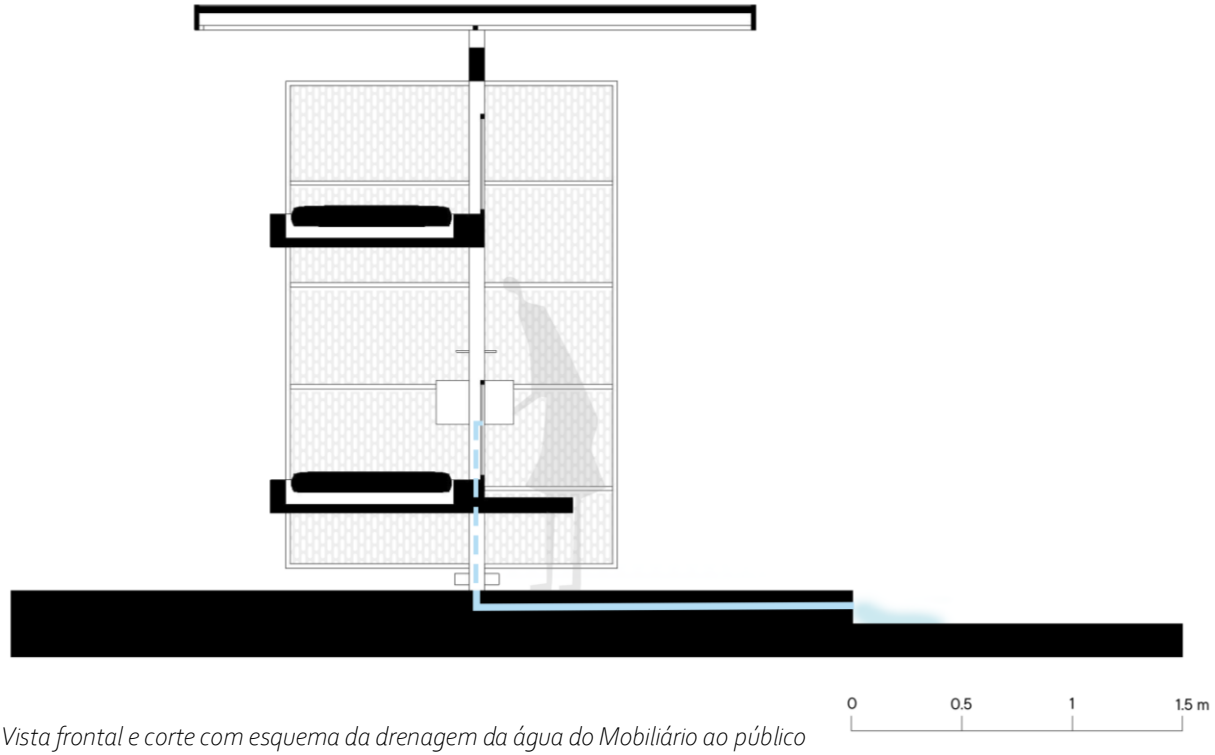


Figura 26: Vista frontal e corte com esquema da drenagem da água do Mobiliário ao público

Figura 27: Mobiliário ao público, fotocolagem na Av. Epitácio Pessoa em João Pessoa

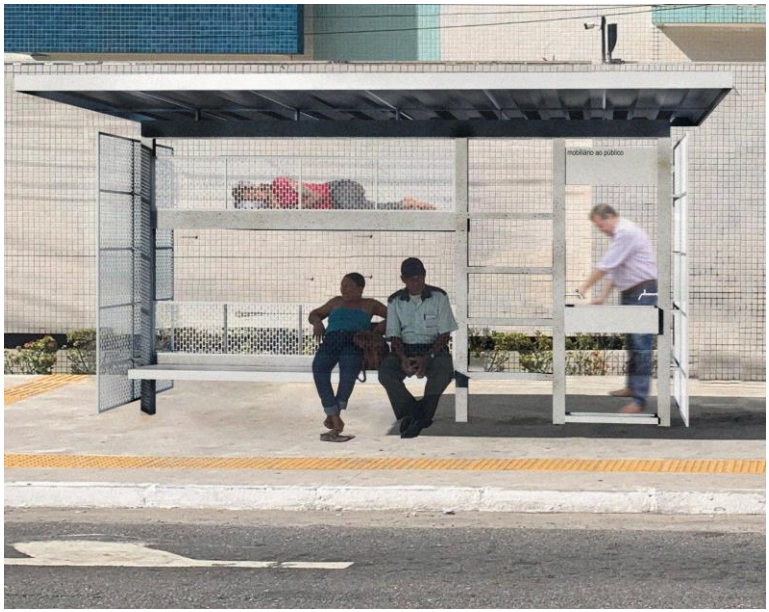


Figura 28: Mobiliário ao público, fotocolagem de um possível cenário de uso

Escala humana e imaginário coletivo

Na busca de simular e visualizar possíveis ocupações, a inserção de figuras humanas foi uma questão a ser discutida pelo viés de "como represento essas pessoas sem estigmatizá-las"? Colocar qualquer figura humana poderia descaracterizar e não ter uma comunicação clara com o grupo estudado. No entanto, não inserir nenhum tipo de figura dificultaria a visualização da escala humana e sua relação com a arquitetura. A simulação de uso no Mobiliário ao público evidencia esse impasse, pois, a imagem, propriamente dita, que simula esses usos tem um poder de comunicação rápida e de fácil leitura.

Além do uso, a localização do Mobiliário ao público é outro fator que caracteriza as ocupações que possam vir a acontecer. Este, pode estar junto à via de tráfego e servir também como abrigo de ônibus, ou ser localizado em outro espaço sem a necessidade de contemplar essa função de espera.

Pode ser que venha a servir diferentes grupos sociais, englobando desde quem espera o ônibus, ou, simplesmente, passeia com o pet, podendo ser alvo, também, de gentrificação, ou ser totalmente apropriado para uma disputa de território, de modo que façam desse espaço a base para uma mini habitação. As possibilidades são amplas e imagina-las é o que movimenta o ensaio de projeto.

III. Unidade autônoma

Na condição primária do *abrigar*, sua origem está diretamente relacionada à proteção de intempéries. Na situação de desabrigamento presente na cidade, essa necessidade básica fica latente, principalmente em cidades de clima ameno e em situações de chuva, e também quando atrelada à função do dormir.

Na Inglaterra, no cenário da Revolução Industrial, além da evidente precarização das habitações em função do adensamento populacional nas cidades, também são expostas condições inferiores à habitação, como o caso do *homeless*. Para atender minimamente essa população contra o inverno, a ação de caridade da igreja protestante criou o projeto "Exército da Salvação", que consistia na oferta de três modo de abrigar: Por 4 *pennies*, o "*four penny coffin*", era possível dormir em caixões-cama cobertos por uma lona. Outra opção, mais barata, era o "*penny-sleeps*" que ofertava um teto e banco para passar a noite. No entanto, não podia dormir, nem se deitar por 1 *pennie*; e, por 2 *pennies*, o "*twopenny hangover*", no qual, era possível tentar dormir pendurado em uma corda. (ROZESTRATEN, 2019).

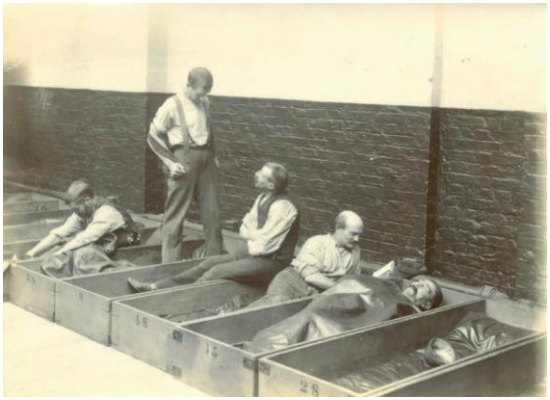


Figura 29: Four penny coffin

Figura 30: Penny sleeps

Figura 31: Twopenny hangover

A situação da Inglaterra retrata os aspectos da degradação da vida humana, no sentindo da exploração e precariedade do abrigar. Em função do proteger-se e do dormir, o ensaio da Unidade autônoma, aproxima-se do estado de desamparo e abandono que, mesmo em outra configuração de vida urbana, ainda se faz presente na realidade da cidade. Consiste na elaboração de um objeto que garanta essa proteção e repouso de fácil acesso.

A atividade do dormir na rua tem como características, também, a inversão do turno do período de repouso que acontece, sobretudo, na parte diurna, seja por estratégia de proteção ou própria configuração do modo de habitar. De forma geral, consegue acontecer em espaços públicos sombreados e ventilados. No entanto, é para a situação de chuva e/ou descanso noturno que se volta o ensaio da unidade autônoma. O invólucro também visa atenuar a condição de vulnerabilidade do morador de rua diante da atividade do repouso, que se distancia do real e aumenta possibilidades de risco e exposição como coloca Oliveira (2020):

> O ato de dormir remete vulnerabilidade ao homem por consistir na suspensão de sua consciência, nessa entrega involuntária do ao corpo ao espaço. Durante o sono, estamos indefesos, expostos ao risco do perigo e do sofrimento, que pode ser uma violência humana, uma brutalidade animal ou intempérica – situação remota que criou o sentido de proteção e historicamente fortaleceu a ideia da necessidade do invólucro, de cobrir-se, envolver-se, refugiar-se. (OLIVEIRA, 2020)

Esse ensaio projetual, tem como referência a ideia de cápsula de abrigar, e seria uma estrutura altamente tecnológica, com sistema de trava, iluminação, tomadas, Wi-Fi e acionamento automático para higienização entre cada uso. Poderia funcionar a partir de uma rede distribuição em alguns pontos da cidade, e um painel digital auxiliaria na identificação das unidades disponíveis na cidade.

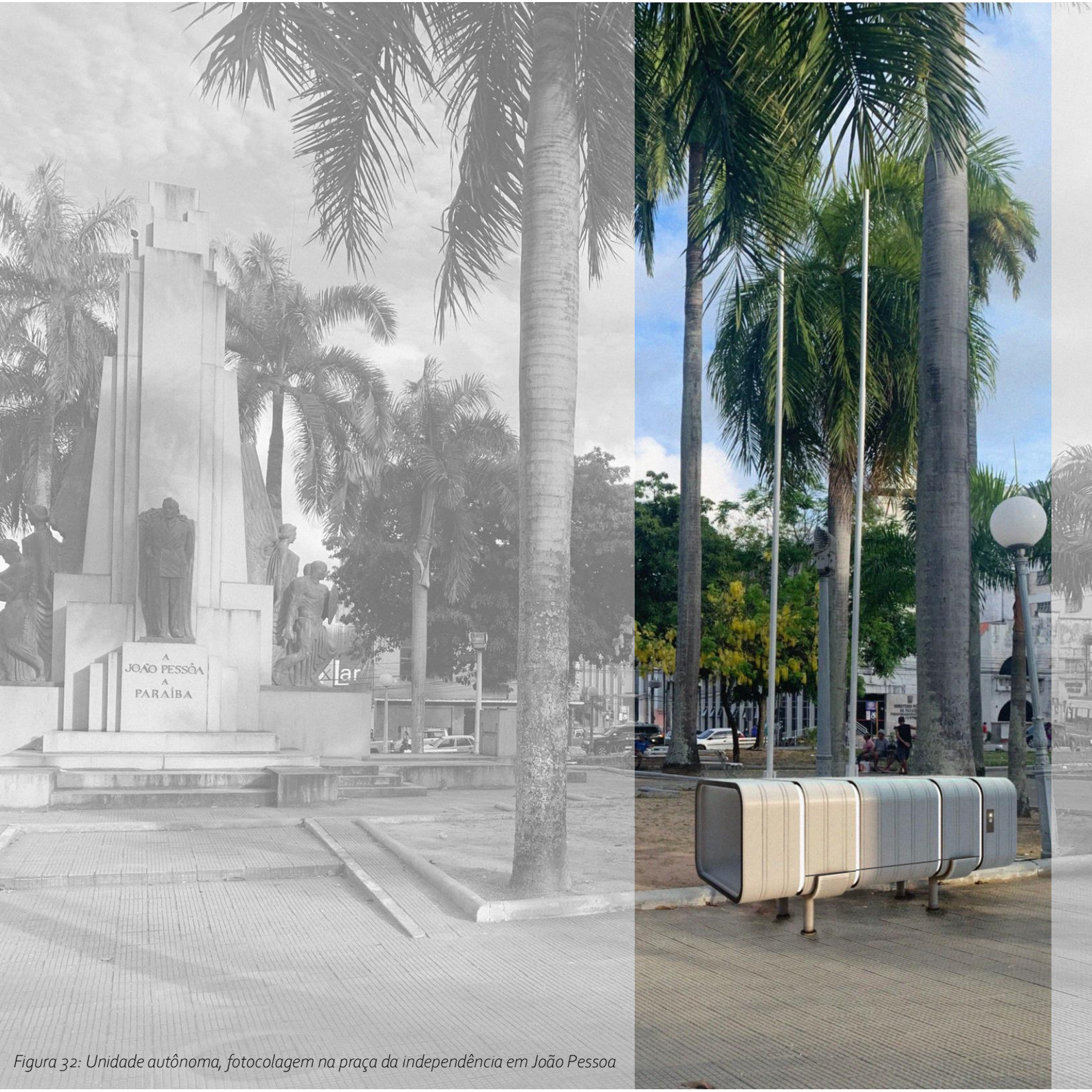


Figura 32: Unidade autônoma, fotocolagem na praça da independência em João Pessoa

Figura 33: Esquema de funcionamento da Unidade autônoma

Figura 34: Vista interna da Unidade autônoma

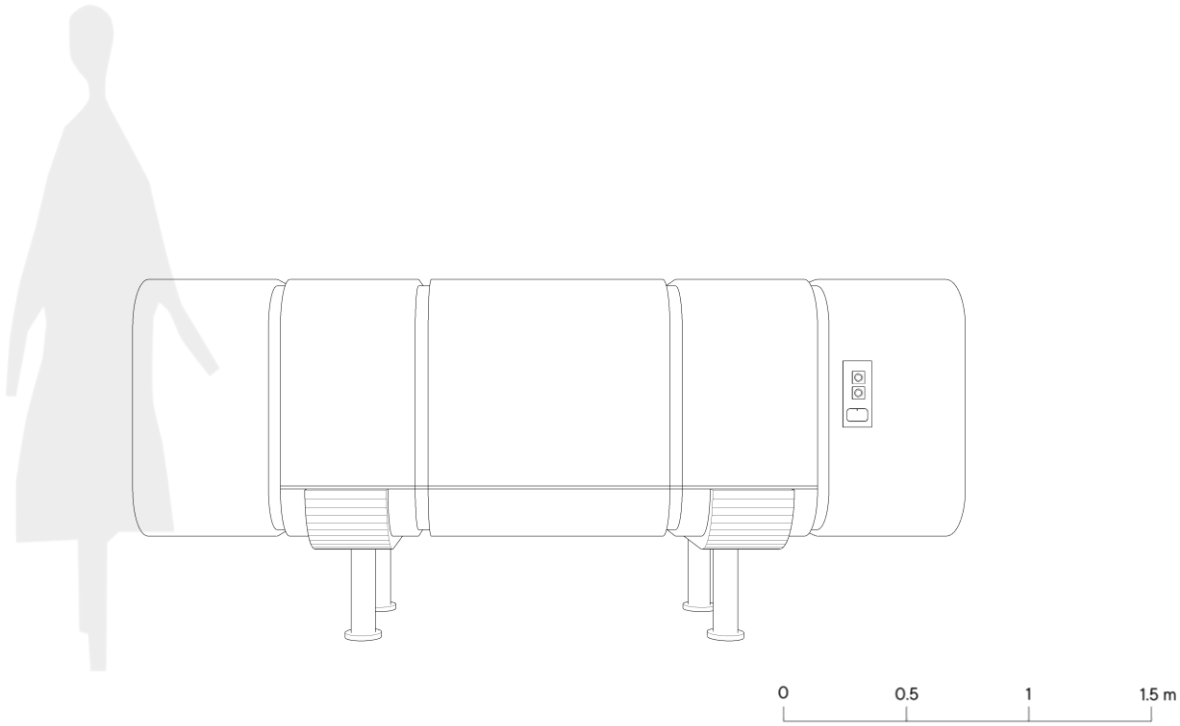


Figura 35: Vista frontal e escala humana da Unidade autônoma

IV. Ato público de intimidade

Figura 36: Ato público de intimidade, fotocolagem no parque Solon de Lucena em João Pessoa

O que fica a critério do público? E do privado?

Ato público de intimidade é um ensaio projetual que surge a partir de uma resposta do censo que, particularmente, chamou-me a atenção. Ao especializar os dados referentes ao bairro do Centro, para a pergunta "onde você costuma tomar banho quando está na rua"? A praia apareceu como possibilidade de resposta. No entanto, para o caso de João Pessoa, há uma distância significativa entre a orla e o Centro.

Nesse cenário, a pessoa percorria cerca de sete quilômetros, em média uma hora e meia de caminhada, para tomar banho na praia, de água salgada, por simplesmente ser de livre acesso. Apesar da população que vive nas ruas ter o traço do nomadismo é um deslocamento considerável para um banho.

O ensaio é um convite para pensar o espaço público com chuveiro e tensionar limites do público e privado. Para além do acesso à água, a proposição levanta reflexões da localidade e dos corpos que seriam naturalizados para sua ocupação. A estrutura fornece duas fontes de água e o espaço estre elas foi pensando para servir como apoio para a atividade do banhar-se. Na parte central, há espaço que poderia servir para, eventualmente, pendurar toalhas e uma barra horizontal de suporte para objetos e utensílios.

Figura 37: Mapa de deslocamento da Lagoa, no bairro do Centro até a orla.

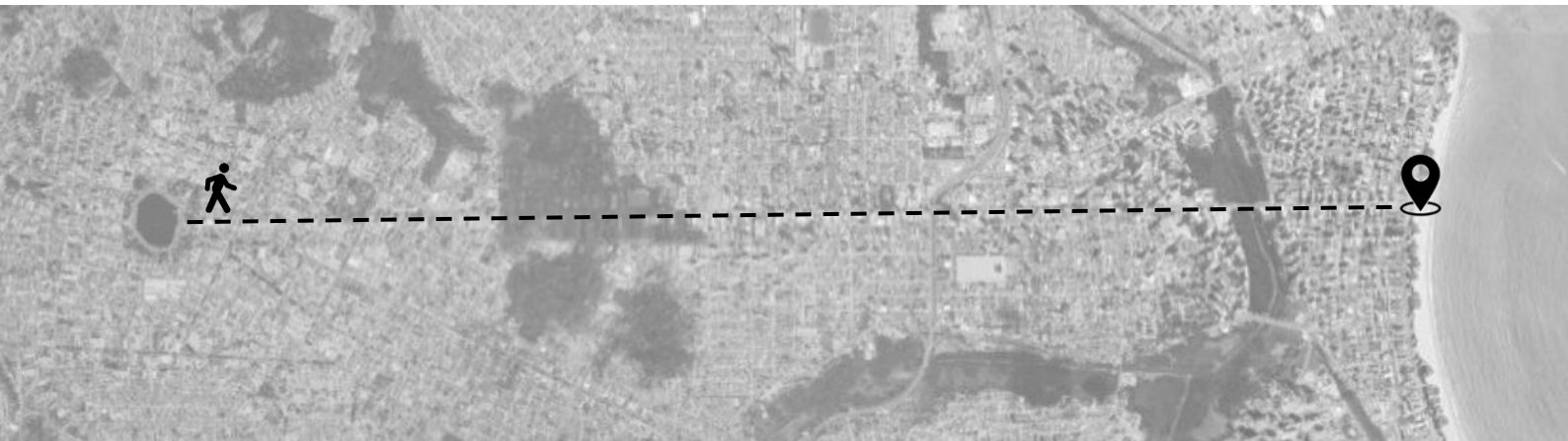


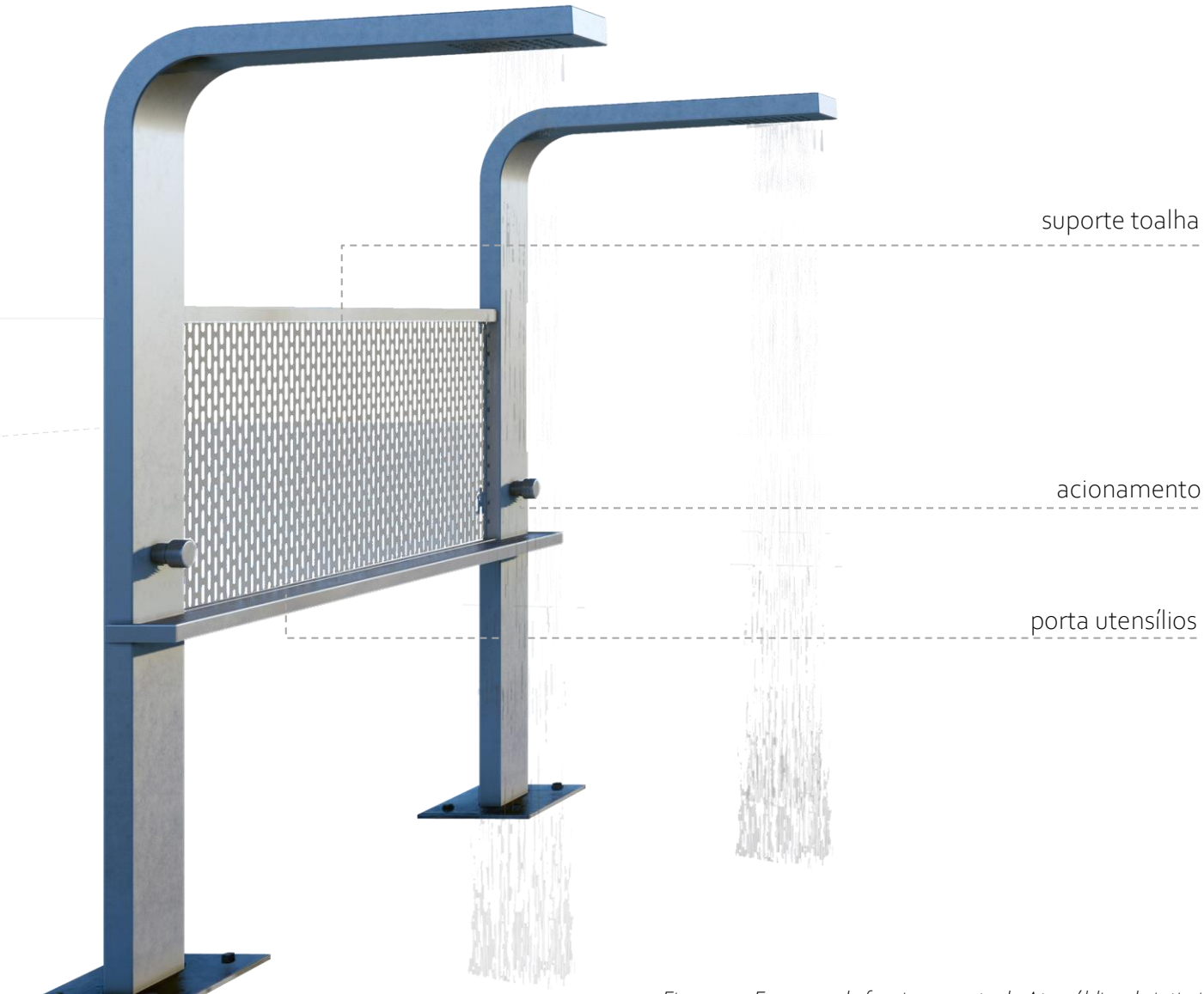
Figura 38: Ato público de intimidade, fotocolagem 1 na orla de João Pessoa

Figura 39: Ato público de intimidade, fotocolagem 2 na orla de João Pessoa

Da lagoa a orla, a localização desse ensaio tensiona questões em dois caminhos: da localização e de quais públicos a usariam. A simulação de suas localizações, entre lagoa e orla, também reflete a diferença econômica da região.

Na orla, próximo ao Hotel Tambaú, a instalação estaria em diálogo com a praia, o mar e a própria busca desse espaço como opção de um recurso para banhar-se. A região que simula a inserção desse ensaio já conta com um projeto social móvel que fornece banho para a população em situação de rua por meio de um contêiner.

O espaço culturalmente praiano colabora para a inserção desse mobiliário, por ser um ambiente natural do desnudar-se e também banhar-se. Nesse espaço, o uso por diferentes grupos poderia ser mais facilmente alcançado. Na região da lagoa no Centro, o ensaio se proporia a suprir essa demanda de deslocamento que os dados do censo revelam.


suporte toalha
acionamento
porta utensílios

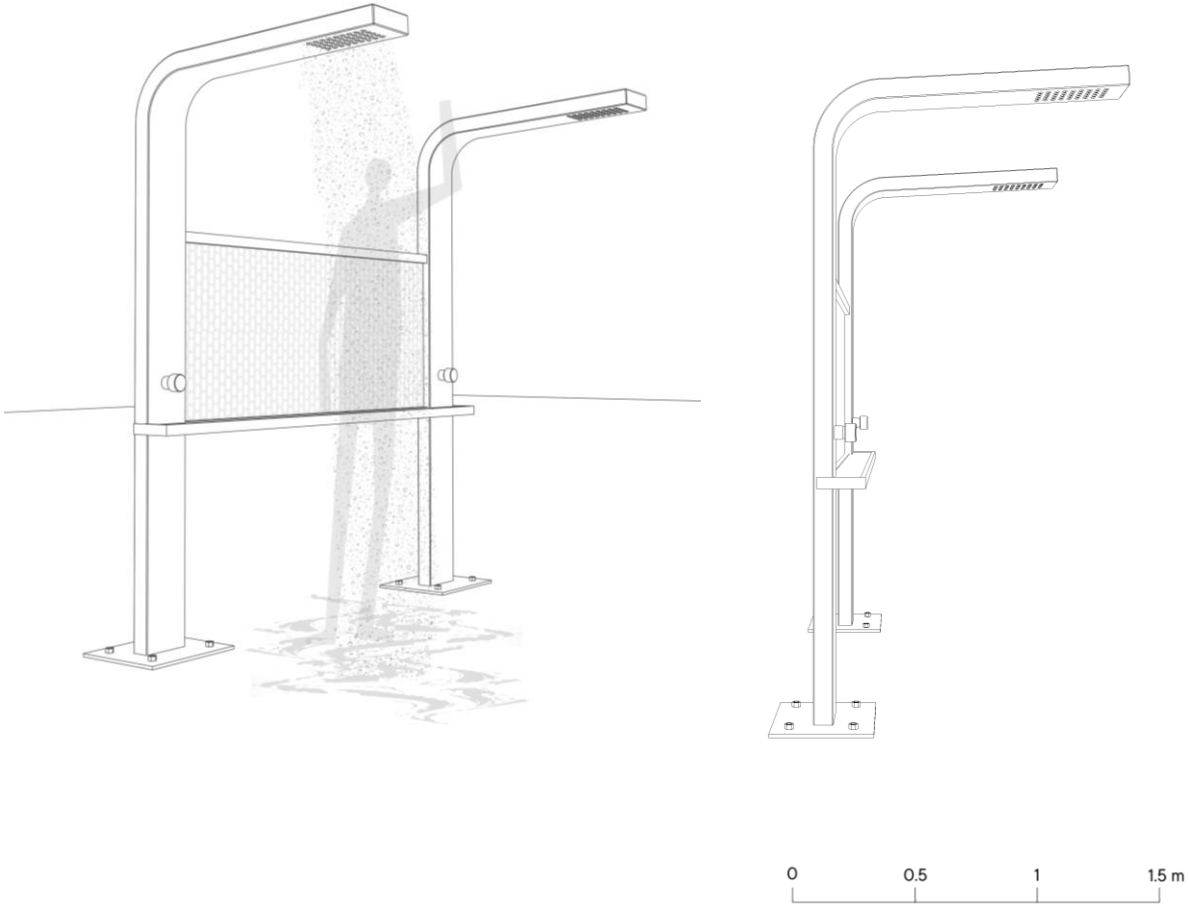


Figura 41: Perspectiva e vista lateral do Ato público de intimidade.

Inconclusões

Apesar do morar na rua ser um fenômeno antigo, que faz parte da organização social e urbana, somente nas últimas décadas, passou-se a olhar com mais precisão para essa demanda de percentual crescente nas metrópoles. Sua problemática tensiona aspectos sociais, econômicos e arquitetônicos urbanísticos que podem ser visualizados pela recente identificação do termo "aporofobia"; pela discussão em torno da propriedade privada e especulação imobiliária; e, propriamente na esfera da arquitetura e urbanismo, pelos encontros com a arquitetura hostil na cidade e a hipervalorização dos espaços privados, que contribuem para negação e degradação dos espaços públicos.

A aproximação para tensionar essas questões em torno do termo "morar na rua" revela a dimensão da problemática e sua raiz histórica, a qual acompanha o próprio urbanismo das cidades. Pensar o projetar para essa demanda evidencia o entrave que significava pensar o projeto para grupos sociais em vulnerabilidade, pois revela um alto nível de complexidade que transpassa funções da arquitetura e urbanismo e tensiona "até que ponto a arquitetura consegue efetivamente contribuir".

Pensar o projetar e abrigar para o morar na rua está diretamente associado ao pensar também em uma mudança significativa de transformação social e econômica. Nesse sentindo, correntes do pensamento com vieses utópicos colaboram para a visualização de cenários e do que poderia vir a ser a arquitetura no atual contexto de cidade. O próprio David Harvey (2004) convoca em suas obras o ser "arquiteto rebelde" para explorar esse tipo de pensamento no enfretamento e proposições significativas para o modo de uso e construção dos espaços da cidade.

Os ensaios projetuais desse trabalho fomentaram o pensamento crítico-reflexivo-projetual para pensar o projetar com essa temática. Além disso, torna evidente o grande impasse sobre solucionar a questão do morar na rua, porque os ensaios direcionaram o olhar para reconhecer o morador de rua enquanto sujeitos. A partir disso, reconhece-se efetivamente o estabelecimento de um compromisso para pensar a forma de abrigar. Também permitiu refletir sobre a delicada questão do caráter higienista e de limpeza da paisagem.

O próprio uso do espaço público é tensionado a todo o momento por essa temática. Constantemente, esses corpos são excluídos e expulsos de lugares que democraticamente deveriam ser de uso livre, demonstrando lacunas da organização social e econômica que nega a casa, o teto e o chão.

O enfretamento da realidade pela aproximação com o viés artístico, além de expandir a possibilidade de visualização das espacialidades dos ensaios, permite refletir sobre a expectativa de uso de alguns ensaios. Mesmo diante da idealização e de uma intenção projetual, após sua implementação, o objeto assume um vir-a-ser que sai do controle do agente, semelhança com a própria experiência artística. Por fim, o trabalho é resultado do esforço de organizar questões a partir da experiência do ensaio projetual sobre o ato de morar na rua.

"O capital – isso está definitivamente constatado – não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa. (...)"

A questão da moradia – Friedrich Engels, 1872

Agradecimentos

A Universidade Federal da Paraíba, pela formação e acolhimento na cidade de João Pessoa, em que me lançava a conhecer no ano de 2017.

A minha orientadora, Carolina Oukawa, pelo incentivo na busca de questões e estimular a liberdade como potência criativa.

A minha banca: à Professora Graziela Kusch, pela enorme contribuição no campo da arte, e à Professora Wylnna Vidal pelo aceite para participação da banca e contribuições fundamentais na disciplina de TCC1, enquanto o trabalho ainda tomava forma.

A Professora Berla Morais, pela receptividade e disponibilidade no projeto de extensão, que me aproximou das questões desse trabalho.

A força potente que me fez presença no mundo, minha mãe.

A minha irmã, que partilha a vida comigo desde sempre, e ao meu pai, pelo apoio e estímulo inesgotável.

A todos vínculos construídos ao longo da graduação, em especial: meu grande amigo Edinardo Junior, por ser a dupla que uma *força estranha* e linda uniu; ao Yan Azevedo, por fazer da graduação uma experiência inédita, tua felicidade me contagia; à Camila Andrade, pelas conversas singulares e acompanhar de perto o processo das inquietações desse trabalho; ao Ian Coelho, pela parceria e troca genuína; ao Magno Almeida, pelas boas lembranças no início da graduação e o Guilherme Amorim, pela conexão inexplicável.

Aos amigos de longa data que o IFRN uniu, David Dallas, Amanda Eduarda, Sabrina Santos, Jessika Gomes e Nara Nathalie por todo o apoio e compartilhamento de conquistas.

Lista de Figuras

Figura 01: Registro fotográfico do dia 01/11/22 na Praça da Independência e Rua Treze de maio, no Centro de João Pessoa, p. 08.
Fonte: Produção da autora.

Figura 02: Homeless Vehicle, Krzystof Wodiczko, p. 10.
Fonte: Journal Hidden Architecture. Acesso: hiddenarchitecture.net/the-homeless-vehicle.

Figura 03: Croqui "O abrigo" de Oscar Niemeyer, p. 14.
Fonte: Casa e lar: a essência da arquitetura, Arquitextos ISSN 1809-6298, Revista Vitruivius.

Figura 04: Croqui autoral, aproximação com o termo do desabrigar, p. 14.
Fonte: Produção da autora.

Figura 05: Espetos na entrada da Catedral Metropolitana de Campinas (SP) antes da crítica do Padre Júlio Lancellotti "Nem sempre a casa de Deus é a casa do povo", p. 20.
Fonte: Foto de João Alvarenga/EPTV, G1 Campinas. Acesso: g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/12/13/catedral-de-campinas-anuncia-retirada-de-espetos-em-escadaria-apos-post-de-padre-que-denuncia-aporofobia.ghtml.

Figura 06: Intervenção sob viaduto da cidade de São Paulo pelo Padre Júlio Lancellotti, p. 22.
Fonte: Foto montagem da autora com base nas imagens de Victor Angelo Caldini e Henrique Campos. Acesso: conexaoplaneta.com.br/blog/no-lugar-de-pedras-flores-padre-julio-lancellotti-faz-protesto-pelos-moradores-de-rua-e-contra-acao-hostil-da-prefeitura-e-comove-o-brasil

Figura 07: Homeless Vehicle Project (1988), Krzysztof Wodiczko, p. 26.
Fonte: Journal Hidden Architecture. Acesso: hiddenarchitecture.net/the-homeless-vehicle.

Figura 08: Croqui Homeless Vehicle Project (1988) Krzysztof Wodiczko, p. 27.
Fonte: Journal Hidden Architecture. Acesso: hiddenarchitecture.net/the-homeless-vehicle.

Figura 09: Cidade dormitório, Guga Ferraz (2007), p. 28.
Fonte: LabTI – Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático. Acesso: https://intervencoestemporarias.com.br/intervencao/cidade-dormitorio/

Figura 10: Água de beber, (2020) Daniel Toledo, Laura Chaloub, Susana Guardado, Tarcila Jacob, Tiago Rivaldo e Yasmim Pinheiro, p. 30.
Fonte: A gentil Carioca, nº 36. Acesso:
www.agentilcarioca.com.br/content/feature/534/artworks-6789-parede-gentil-n-36-agua-de-beber-2020/

Figura 11: CHUVAVERÃO (2014) Coletivo Opapivará, p. 31.
Fonte: OPAPIVARÁ. Acesso: opavivara.com.br/p/chuvaverao/chuvaverao

Figura 12: Ensaio projetual Divise, p. 34.
Fonte: Produção da autora.

Figura 13: Ensaio projetual A falta, p. 37.
Fonte: Produção da autora.

Figura 14: Abrigo para moradores de rua em estacionamento em Las Vegas durante a pandemia do covid-19, 2020, p. 38.
Fonte: Acesso: www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-04/papa-francisco-moradores-rua-coronavirus-padre-arlindo-dias.html

Figura 15: Ensaio projetual Contraposta, p. 39.
Fonte: Produção da autora.

Figura 16: Croqui de ensaio projetual Sem Nome, p. 40.
Fonte: Produção da autora.

Figura 17: Ensaio projetual Sem nome, p. 41.
Fonte: Produção da autora.

Figura 18: Mapa dos bairros que foram registrados moradores de rua no censo de João Pessoa (2020), p. 43.
Fonte: Elaboração da autora, com base no censo da população em situação de rua de João Pessoa.

Figura 19: Ensaio projetual Destoante, p. 45.
Fonte: Produção da autora.

Figura 20: Gráfico da distribuição dos moradores de rua por bairro na cidade de João Pessoa com base no censo de 2020, p. 46.
Fonte: Elaboração da autora com base no primeiro censo da população sem situação de rua da cidade de João Pessoa.

Figura 21: Croqui inicial do Destoante, p. 47.
Fonte: Produção da autora.

Figura 22: Il Monumento continuo, Superstudio, p. 47.
Fonte: Acesso: civa.brussels/en/exhibitions-events/online-tour-traumnovelle

Figura 23: Ensaio projetual Mobiliário ao público, p. 48.
Fonte: Produção da autora.

Figura 24: Orelhão, Design de Chu Ming (Meados da década de 60 no Brasil), p. 49
Fonte: CASACOR, 50 anos do Orelhão: a icônica cabine telefônica assinada por Chu Ming. Acesso em: casacor.abril.com.br/design/50-anos-orelhao/

Figura 25: Esquema do ensaio projetual Mobiliário ao público, p. 50.
Fonte: Produção da autora.

Figura 26: Vista frontal e corte com esquema da drenagem da água do Mobiliário ao público, p. 52.
Fonte: Produção da autora.

Figura 27: Mobiliário ao público, fotocolagem na Av. Epitácio Pessoa em João Pessoa, p. 53.
Fonte: Produção da autora.

Figura 28: Mobiliário ao público, fotocolagem de um possível cenário de uso, p. 54
Fonte: Produção da autora.

Figura 29: Four penny coffin, p. 56.
Fonte: ROZESTRATEN, Arthur. Habitar para além da habitação: Ensaio sobre a mobilidade das imagens do habitar - continuidade, rupturas e experimentações. 2019

Figura 30: Penny sleeps, p. 56.
Fonte: ROZESTRATEN, Arthur. Habitar para além da habitação: Ensaio sobre a mobilidade das imagens do habitar - continuidade, rupturas e experimentações. 2019

Figura 31: Twopenny hangover, p. 56.
Fonte: ROZESTRATEN, Arthur. Habitar para além da habitação: Ensaio sobre a mobilidade das imagens do habitar - continuidade, rupturas e experimentações. 2019

Figura 32: Unidade autônoma, fotocolagem na praça da independência em João Pessoa, p. 58.
Fonte: Produção da autora.

Figura 33: Esquema de funcionamento da Unidade autônoma, p. 59.
Fonte: Produção da autora.

Figura 34: Vista interna da Unidade autônoma, p. 60.
Fonte: Produção da autora.

Figura 35: Vista frontal e escala humana da Unidade autônoma, p. 61.
Fonte: Produção da autora.

Figura 36: Ato público de intimidade, fotocolagem no parque Solon de Lucena em João Pessoa, p. 61.
Fonte: Produção da autora.

Figura 37: Mapa de deslocamento da Lagoa, no bairro do Centro até a orla, p. 63.
Fonte: Produção da autora.

Figura 38: Ato público de intimidade, fotocolagem 1 na orla de João Pessoa, p. 64.
Fonte: Produção da autora.

Figura 39: Ato público de intimidade, fotocolagem 2 na orla de João Pessoa, p. 65.
Fonte: Produção da autora.

Figura 40: Esquema de funcionamento do Ato público de intimidade, p. 66.
Fonte: Produção da autora.

Figura 41: Perspectiva e vista lateral do Ato público de intimidade, p. 67.
Fonte: Produção da autora.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, L. P. et al. A rua tem um imã, acho que é a liberdade: potencia, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. Revista Saúde Soc. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BARCELLOS, V. Arte Pública: um Conceito Expandido. In: Simposio de Artes Plásticas, 16°. 2017, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Artofolio e Editora da Cidade, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília (DF), 2008.

CORTINA, Adela. Aporofobia, a aversão ao pobre: Um desafio para a democracia, 2020.

FARIA, D. R. Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço púbico no centro de Curitiba. Dissertação. 2020

FUÃO, Fernando. Construir, morar, pensar: uma releitura de 'Construir, habitar, pensar' (*bauen, wohnen, denken)* de Martin Heidegger. Revista estética e semiótica, volume 6, número 1, p.001-030, 2016.

GHIRARDI, M. I. G. et al. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. 1954.

LEITÃO, Lúcia. Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de sobrados e mucambos e outros ensaios *gilbertianos*. Recife, Editora UFPE, 2014.

MIGUEL, J. M. C. Casa e lar: A essência da arquitetura. 2022 Arquitextos ISSN 1809-6298

OLIVEIRA, R. V. S; DIAS, J. M. M. Quando habitar é dormir. arquitextos ISSN 1809-6298. 2020

QUINTÃO, P. R. Morar na rua: há projeto possível?. Dissertação de Mestrado, FAUUSP. 2012.

QUINTÃO, P.R. O sujeito (oculto) e a cidade: A arte de Wodiczko. Psicanálise e cultura, São Paulo, N.46, 2008.

RANK, O. (2015). O trauma do nascimento e seu significado para a psicanálise. Bauru/São Paulo: Cienbook/Edipro. (Trabalho original publicado em 1924)

ROZESTRATEN, Arthur. Habitar para além da habitação: Ensaio sobre a mobilidade das imagens do habitar - continuidade, rupturas e experimentações. 2019

SANCHES, P. P. O que é arte pública? O "monumento Mínimo" e a democratização da Arte. Revista Temporal – prática e pensamento contemporâneo. Brasília, vol 2, n 4, 2018.